

## A força de trabalho paulista: análise crítica das fontes\*

Leticia B. Costa\*\*

*Análise da evolução histórica das taxas de participação e de alguns aspectos da oferta de trabalho no Estado de São Paulo*

### Introdução metodológica

#### objetivos

A compreensão da dinâmica de crescimento da PEA, suas características, os modos como ela é absorvida na atividade econômica e suas perspectivas de futuro são elementos essenciais para o planejamento das políticas de emprego e rendimentos que se queiram implementar e também para o conhecimento prévio das futuras possibilidades e/ou estrangulamentos que a economia possa vir a enfrentar em função das tendências de sua oferta de trabalho. Um primeiro passo no sentido dessa com-

preensão é constituído pela análise crítica das fontes a serem usadas, sua abrangência, sua sistemática, suas limitações.

Para o estudo da PEA a nível de estado existem até o momento duas fontes com cobertura universal: o censo demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas do IBGE. Tanto um como outra pretendem cobrir o universo das pessoas que trabalham, enquanto que as outras fontes existentes se prendem a enfoques ou aspectos parciais da PEA. Por exemplo, os dados da Lei dos 2/3 se referem apenas ao setor formal da economia, passando ao largo de todas as atividades que não envolvem vínculo empregatício explícito; a Pesquisa Mensal de Emprego, do

---

\* Este trabalho constitui parte de uma pesquisa maior, realizada na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

\*\* Demógrafa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Diretoria Adjunta de Estudos Populacionais.

IBGE, focaliza as regiões metropolitanas e deixa de lado o interior dos estados.

Das duas primeiras pesquisas do IBGE mencionadas acima, o Censo se faz a cada dez anos (quando se faz!). Para acompanhamento anual da PEA existe portanto somente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que constitui objeto de análise neste trabalho. Um primeiro objetivo é pois estudar aspectos conceituais e metodológicos dessa pesquisa, de modo a obter melhor compreensão sobre o alcance e as limitações dos dados por ela produzidos, no tocante à PEA.

Simultaneamente a esse esforço de análise crítica e como um dos seus produtos, traça-se a evolução da força de trabalho do Estado de São Paulo, nas décadas de 70 e de 80. São assim estudadas, além das taxas de participação por sexo, algumas características demográficas da força de trabalho paulista. São estas: a composição sexual e etária da PEA, a condição na família das pessoas que trabalham e sua escolaridade. Por outro lado, são levantados também, para o mesmo período, alguns aspectos da inserção econômica da PEA, a saber: ocupação/desemprego, distribuição setorial, posição na ocupação e horas trabalhadas por semana.

Sempre que possível, a análise é efetuada em separado para os sexos, uma vez que homens e mulheres estão sujeitos a distintas determinações em seu comportamento de mercado. É extensa a literatura que discute não só as diferentes definições dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, como também as profundas diferenças em seu comportamento no mercado de trabalho e em sua absorção por ele (1). A relevância deste tratamento diferenciado fica mais evidente quando se considera que um dos elementos importantes na determinação do volume total da força de trabalho futura será dado pela evolução dos níveis de participação feminina, por razões que serão explicitadas adiante.

São portanto dois os objetivos deste trabalho:

- Proceder a uma análise crítica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, enquanto fonte para o estudo da PEA. Neste particular, este trabalho procura inserir-se numa discussão mais ampla, que vem ocorrendo no âmbito da ABEP (2).
- Oferecer um quadro geral das características e tendências da força de trabalho paulista nas décadas de 70 e 80. É assim analisada a evolução histórica das taxas de participação e de alguns aspectos da oferta de trabalho no Estado de São Paulo.

Este texto é o primeiro fruto de um projeto de pesquisa mais abrangente, realizado na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Diretoria Adjunta de Estudos Populacionais), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

#### O conceito de PEA na PNAD

A PNAD define a PEA como o conjunto de "pessoas que na semana de referência da Pesquisa estavam trabalhando, as que tinham um emprego ou negócio do qual se encontravam temporariamente ausentes por motivos de férias ou licença, e, ainda as pessoas desocupadas" (3). As pessoas desocupadas são definidas como "aquelas que não estavam trabalhando na semana de referência e que não tinham emprego ou negócio do qual se encontrassem temporariamente ausentes, mas que haviam tomado, nos dois últimos meses, alguma providência para conseguir trabalho" (4).

Estas definições não sofreram alteração formal ao longo da década e meia desta análise. Restringindo-se o período de referência para captação do desemprego, o que em tese afetaria o volume do desemprego e

subsidiariamente o volume da PEA. Mas esta restrição não parece ter introduzido variabilidade maior que a existente nas taxas de desemprego e a questão do volume da PEA tem a ver muito mais com outros fatores, conforme já se discutiu.

Por outro lado, o conceito de **trabalhador familiar não remunerado** foi-se ampliando. A partir de 1976, foram incluídas nesse grupo, e portanto na PEA, as pessoas que trabalhavam 15 ou mais horas por semana, sem remuneração, para membro da família que fosse empregado assalariado. (Anteriormente eram consideradas trabalhadores sem remuneração apenas os que trabalhassem para membro da família que fosse **empregador** ou **conta própria**). Na mesma data foram também incluídas na categoria de "não remunerados" as pessoas que trabalhassem aquele mínimo de horas para instituição religiosa ou beneficente (5). Em 1979, passaram a ser abrangidos os aprendizes, estagiários, etc, naquelas condições; em 1981, os trabalhadores em cooperativas. De todas as maneiras, o total de **não remunerados** não passou, ao longo período, de 2% ou 3% da PEA, e portanto estas inclusões devem ter tido um efeito desprezível.

Nos anos iniciais, a PNAD levantava a condição de atividade das pessoas a partir de 14 anos, que é a idade legal no Brasil para ingresso na força de trabalho. Desde 1971 foi adotada a prática censitária de considerar os 10 anos como a idade inicial da atividade econômica. De acordo com prática internacional corrente, não há limite superior de idade.

Se, por um lado, a conceituação de PEA poucas alterações formais recebeu, por outro lado o questionário de coleta foi constantemente modificado ao longo dos anos; perguntas foram alteradas e opções de resposta forma acrescentadas ou suprimidas. Especialmente em 1976, a parte referente à mão-de-obra foi completamente reformulada, de modo a aproximar-se mais da metodologia do censo demográfico. As

pessoas passaram a ser enquadradas na PEA ou fora dela com base na resposta a um quesito só, quando o sistema anterior permitia um melhor controle dos erros de enquadramento e evitava certos erros sistemáticos (6).

Para fins desta pesquisa, os termos "força de trabalho" e "mão-de-obra" serão usados como sinônimos de PEA.

## Avaliação prévia dos dados

### questões metodológicas

Como anteriormente dito, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é a única fonte a oferecer uma cobertura total da PEA em base anual. Implantada pelo IBGE em 1967, nos moldes do Projeto Atlântida, do **Bureau of Census** americano, ela foi trimestral até 1973, sendo então interrompida. Em 1976 foi retomada em novas bases, com periodicidade anual. Em 1970 foi feito só o levantamento correspondente ao primeiro trimestre e em 1980 a PNAD não saiu a campo, em função do envolvimento do IBGE com os trabalhos do censo.

Para os anos de 1971, 1972 e 1973 foram usados neste trabalho os volumes da PNAD relativos ao quarto trimestre do ano, para fins de compatibilidade com a série subsequente, uma vez que, a partir de 1976, os levantamentos passaram a ser realizados no último trimestre do ano. Os dados de 1982 não foram usados, em vista da variabilidade da semana de referência: as entrevistas foram feitas num período de 12 semanas (26 de setembro a 18 de dezembro), com as respostas referidas sempre à semana anterior.

A PNAD é sem dúvida uma pesquisa que se vem aprimorando ao longo dos anos, com melhoria da qualidade dos dados por ela produzidos. Podem ser citados, entre outros, os seguintes aspectos: aumento da cobertura geográfica, de modo a cobrir hoje

quase totalidade do território nacional; aumento do tamanho da amostra, em função da atualização constante do marco de amostragem para incorporar novos assentamentos, mas também em função da necessidade de possibilitar novas desagregações; simplificação do roteiro da entrevista; busca de maior "precisão" das estimativas, mediante fixação de uma semana de referência (em vez do uso de médias trimestrais); experiência crescente na operacionalização da pesquisa por parte de sua equipe técnica (7). Além disso, a PNAD tem a virtude de ter mantido ao longo do tempo o mesmo corpo básico de informações, não tendo permitido que a decisão de pesquisar outros temas interferisse com a publicação regular das tabelas básicas.

Como pesquisa amostral que é, a PNAD produz resultados sujeitos a erros aleatórios, de magnitude calculável. O próprio IBGE, especialmente nos volumes mais recentes, vem apresentando com certo detalhe o plano de amostragem e as prováveis variâncias dos diversos estimadores, além de produzir estudos específicos sobre esse assunto. Porém, as maiores dificuldades para o uso da série temporal da PNAD parecem ter origem no método de expansão da amostra. Para essa expansão, utiliza-se uma projeção independente de população, como é usual em pesquisas amostrais, para corrigir possíveis distorções nos dados, omissões de entrevistas e também uma eventual inadequação do plano de amostragem diante do crescimento demográfico. No entanto, por algum motivo, as projeções oficiais de população supuseram um crescimento maior do que o realmente verificado da população brasileira e também da PEA. Além disso, as sucessivas correções da série de projeções a meados de cada década e em torno dos anos censitários introduziu instabilidade nos dados divulgados, como se verá a seguir.

Uma complicação adicional, no processo de expansão da amostra, é gerada pela má declaração de idade. Conforme

exposto no volume metodológico da PNAD, depois de selecionados os setores e sub-setores que serão amostrados, é feita uma listagem, em princípio de todos os domicílios aí compreendidos, com os respectivos moradores e suas idades, por sexo. Porém foram constatadas discrepâncias entre as distribuições etárias resultantes da chamada "operação listagem", das entrevistas feitas nos domicílios da amostra final e das projeções independentes. Como a distribuição por sexo e idade da listagem é usada, juntamente com a população projetada, para a expansão da amostra, pequenas diferenças podem produzir discrepâncias razoáveis, ao se expandir determinadas variáveis, cuja ocorrência seja grande nas faixas etárias com maiores divergências (8).

Além disso, a amostra da PNAD, que veio sendo expandida através dos anos, acompanhando o ritmo das novas edificações, em 1979 foi reduzida ao tamanho de 1976, sofrendo em 1986 nova e drástica redução (9). No Estado de São Paulo e sua região metropolitana, a fração da amostragem passou de 1/400 para 1/800, o que pode comprometer a precisão das estimativas.

Outro ponto em questão é o período de referência adotado pela PNAD para definir se a pessoa é ativa ou inativa. Argumenta-se que uma semana é um limite demasiado estreito para uma pesquisa de força de trabalho, nas condições do mercado brasileiro (10). Mormente que a semana de referência tem sido variável ao longo dos anos (11). Para verificar os efeitos do corte temporal sobre o volume da PEA, no tocante ao Estado de São Paulo, são cotejados os dados da semana e do ano, nas datas em que foram levantadas informações anuais (Tabela 1).

Como se pode observar, a PEA masculina não apresenta discrepâncias de grande monta. Já a PEA feminina é mais sensível à extensão do período de referência, talvez em função das maneiras como a mulher se insere no mercado de trabalho. O tratamen-

**Tabela 1**  
**Diferenças dos Levantamentos de PEA da PNAD, tendo como Referência a Semana ou o Ano**  
**Estado de São Paulo**  
**1976-1978**

Sexo e Data	Semana	Ano	Diferença Percentual
<b>1976</b>			
Homens	6.227.009	6.260.338	0,5
Mulheres	2.564.827	2.625.748	2,4
Total	8.791.836	8.886.086	1,1
<b>1977</b>			
Homens	6.411.082	6.534.521	1,9
Mulheres	2.837.595	3.039.101	7,1
Total	9.248.677	9.573.622	3,5
<b>1978</b>			
Homens	6.711.339	6.849.975	2,1
Mulheres	3.023.480	3.285.964	8,7
Total	9.734.819	10.135.939	4,1

FONTE: IBGE, PNAD 1976, 1977 e 1978.

to em conjunto dos dois sexos tende a atenuar este efeito.

#### consistência interna dos dados

Ainda num esforço de aferir a qualidade dos dados de PEA disponíveis, tentar-se-á neste item analisar a coerência dos dados da PNAD em série histórica. Para tanto se apresenta na Tabela 2 o volume absoluto da

PEA paulista, por sexo, para os anos em estudo, e mais a taxa anual de crescimento.

Essas taxas apresentam uma evolução errática, principalmente as referentes à PEA feminina. É difícil explicar um crescimento que varia de 1,3 a 3,9% ao ano para os homens e de -2,9 a 9,6% para as mulheres, em dois períodos consecutivos do "milagre brasileiro", a saber, 1971/72 e 1972/73. E nem taxas que sobem antes de cair, na crise do início da década de 80, como é o

**Tabela 2**  
**Evolução da PEA Paulista: Volume Absoluto e Taxas Anuais de Crescimento, Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Ano	Homens		Mulheres		Total	
	N. Absoluto	Taxa	N. Absoluto	Taxa	N. Absoluto	Taxa
1971	5.272.000	-	2.133.000	-	7.405.000	-
1972	5.340.104	1,3	2.071.980	-2,9	7.412.084	0,1
1973	5.550.649	3,9	2.281.794	9,6	7.832.443	5,5
1976	6.227.009	3,8	2.564.827	3,9	8.791.836	3,9
1977	6.411.082	2,9	2.837.595	10,1	9.248.677	5,1
1978	6.711.339	4,6	3.023.480	6,3	9.734.819	5,1
1979	6.928.471	3,2	3.206.482	5,9	10.134.953	4,0
1981	7.616.102	4,7	3.641.731	6,4	11.257.833	5,3
1983	7.969.919	2,3	4.019.740	4,9	11.989.659	3,1
1984	8.160.576	2,4	4.349.637	7,9	12.510.213	4,3
1985*	8.679.850	6,2	4.513.678	3,7	13.193.528	5,3
1986	8.877.431	2,3	4.943.834	9,1	13.821.265	4,6
1987	9.264.157	4,3	4.985.470	0,8	14.249.627	3,1

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-87.

(\*) Foram usados os dados revistos, publicados na PNAD 86.

caso para ambos os sexos. (O cálculo dessas taxas para a PEA total ameniza um pouco essa variabilidade, uma vez que as taxas resultantes nada mais são do que média ponderada dos dois sexos). É muito provável que essa instabilidade tenha sido introduzida no processo de expansão da amostra.

Numa tentativa de verificar este ponto, preparou-se a Tabela 3, onde se apresentam as taxas de crescimento da população de 10 anos e mais, uma vez que essa foi a população que serviu de base à expansão da amostra da PNAD.

**Tabela 3**  
**Taxas Anuais de Crescimento da**  
**População com 10 Anos e Mais,**  
**Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1971	-	-	-
1972	3,2	2,7	2,9
1973	3,1	3,1	3,1
1976	4,5	4,8	4,6
1977	2,1	2,0	2,1
1978	3,1	2,9	3,0
1979	3,1	3,1	3,1
1981	4,8	5,1	5,0
1983	2,2	2,9	2,6
1984	3,0	3,9	3,5
1985	4,6	3,9	4,3
1986	1,3	4,2	2,8
1987	3,1	1,7	2,4

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-87.

Como se pode verificar, a evolução do crescimento da população do Estado apresenta saltos nos anos de 1976, 1981, 1985 (homens e total) e 1986 (mulheres). Poder-se-ia alegar que esses saltos correspondem a um influxo maior de migrantes, se não se soubesse que essas são justamente as datas de revisão da série de projeções oficiais. Repetido o cálculo de taxas para a população de 10 anos e mais do Brasil, onde a imigração internacional é insignificante, obtêm-se taxas igualmente variáveis com sal-

tos pronunciados em 1976 e 1985 nos dois sexos.

Assim, a instabilidade das taxas de crescimento da população paulista decorre provavelmente do processo de revisão das projeções oficiais, nas datas assinaladas. E a PEA? As taxas de crescimento da PEA, apresentadas na Tabela 2, não guardam uma relação direta com essas revisões, a não ser no caso dos homens e na década de 80. As taxas femininas variam erráticamente, especialmente na primeira década, e as taxas masculinas dos anos 70, embora mais "comportadas" que as femininas, não parecem acompanhar a revisão das projeções. Há, portanto, outros fatores também envolvidos nessa instabilidade, a qual prejudica o uso dos dados absolutos de força de trabalho para anos individuais.

#### comparação com outras fontes

Como se comparam os dados de força de trabalho da PNAD com os do censo demográfico? Na tabela 4 são apresentados os valores da PEA levantada pelos censos de 1970 e de 1980 e pela PNAD para os anos vizinhos; calculam-se também taxas de crescimento entre uns e outros, como se as duas fontes fossem compatíveis.

Com relação à PEA masculina e ao censo de 1970, observa-se que, a serem válidos os dados das duas fontes, teria havido um crescimento de 7,7% de 1970 a 1971. Este crescimento parece excessivo, indicando mais provavelmente uma subenumeração da PEA por parte do censo ou um superdimensionamento por parte da PNAD.

Ainda a PEA masculina de 1980: os valores apresentados na tabela supõe taxas de crescimento de 4,5% em 1979-80 e 5,0% em 1980-81. Embora mais baixas, essas taxas ainda não são muito verossímeis, uma vez que a taxa média de crescimento anual da PEA, entre 1970 e 1980 foi de 3,9%, segundo o censo, e 1981 foi um ano de uma recessão que atingiu mais duramente São

**Tabela 4**  
**A PEA Comparada: PNAD x Censo**  
**Estado de São Paulo**  
**1970-1987**

Fonte e Data	Homens		Mulheres	
	N. Absoluto	Taxa Anual de Crescimento	N. Absoluto	Taxa Anual de Crescimento
Censo 1970	4.882.619		1.550.223	
PNAD 1971	5.272.000	7,7	2.133.000	31,9
PNAD 1979	6.928.471		3.206.482	
Censo 1980	7.245.299	4,5	3.166.427	-1,3
PNAD 1981	7.616.102	5,0	3.641.731	14,0
PNAD 1987	9.264.157	3,3	4.985.470	5,2

**FONTE:** IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980; IBGE, PNAD, 1971, 1979, 1981 e 1987.

Paulo que o Nordeste ou Minas Gerais, de onde viriam os potenciais migrantes.

Já para a mulher os valores observados não guardam qualquer medida de proporção, tanto numa década, como na outra. Ora, sabe-se hoje que até 1970 o censo vinha subestimando a chamada "força de trabalho secundária", isto é, jovens do sexo masculino e mulheres de todas as idades. Isto ocorria em função do modo de captar a informação pertinente, que era indireta, a partir de uma pergunta sobre a ocupação principal.

Ao ser indagada sobre sua ocupação principal, a mulher ou quem por ela respondesse tendia a acomodar sua resposta aos padrões sociais vigentes, que faziam dela primordialmente dona de casa, em detrimento de qualquer outro papel desempenhado na sociedade mais ampla. Pesquisas atestam o comportamento de funcionárias públicas, comerciantes, fazendeiras e industriais, que se declaram "domésticas"(12). Este padrão era reforçado pelas instruções dadas ao entrevistador, pelas quais ele era instado a desconsiderar as atividades econômicas exercidas pelas donas de casa (13).

Esta situação mudou drasticamente no censo de 1980. Ao se introduzir a pesquisa sobre a atividade econômica, passou-se a perguntar diretamente se a pessoa traba-

lhou no período de referência. Tanto assim que, de 1970 a 1980, registrou-se um salto na PEA feminina, obtendo-se uma taxa média anual de crescimento de 7,1% ao ano na década. Valor pouco verossímil para uma taxa média. Não há como saber quanto desse aumento se deveu ao incremento da participação feminina, quanto à mudança do questionário.

Seria pois interessante, neste contexto, comparar as taxas de atividade específicas por sexo e idade entre os censos e as PNADs circunvizinhas. Veja-se essa comparação na tabela 5.

Com relação aos homens, observa-se que as taxas de atividade apuradas pela PNAD em 1971 não guardam qualquer proporção com as do censo de 1970 nas faixas etárias de 10-14 a 20-24 anos. Nas outras faixas etárias elas são levemente maiores. Já a mudança de questionário em 1980 aproximou as taxas produzidas pelas duas pesquisas, com as da PNAD situando-se sempre um pouquinho acima das taxas censitárias.

No caso das mulheres, fica patente a grande melhoria do censo de 1980 com relação ao de 1970 na captação do trabalho feminino, em todos os grupos etários. Embora as discrepâncias entre censo e PNAD sejam maiores do que no caso dos homens, as taxas de participação podem ser consi-

**Tabela 5**  
**Taxas de Participação por Sexo e Idade, Segundo o Censo Demográfico e a PNAD**  
**Estado de São Paulo**  
**1970-1980**

Sexo e idade	PNAD 71	Censo 70	PNAD 79	PNAD 81	Censo 80
<b>HOMENS</b>					
10-14	20,0	13,4	17,9	17,6	16,4
15-19	76,5	64,9	73,9	73,4	72,0
20-24	93,8	88,5	92,9	93,0	92,2
25-29	95,0	95,5	97,8	97,2	96,8
30-39	97,8	96,3	97,0	97,5	96,7
40-49	93,6	93,2	92,8	93,7	92,3
50-59	81,5	79,7	79,0	78,6	77,6
60 +	45,9	44,9	40,1	37,2	37,6
TOTAL	76,2	72,2	75,7	75,6	75,3
<b>MULHERES</b>					
10-14	13,0	8,8	13,2	11,1	10,6
15-19	52,0	39,4	50,0	50,1	47,3
20-24	45,0	39,3	52,1	53,5	49,7
25-29	38,6	28,1	43,8	45,9	41,7
30-39	32,5	24,0	40,7	43,3	38,2
40-49	28,3	20,6	35,3	36,5	31,8
50-59	20,6	13,2	22,6	24,8	20,4
60 +	7,3	5,1	6,3	8,5	5,9
TOTAL	30,9	23,3	35,0	35,9	32,6

FONTE: IBGE, Censo Demográfico e PNAD, diversos anos.

deradas da mesma ordem de grandeza, com as da PNAD sempre superiores.

Ora, a PNAD é uma operação permanente, com um corpo regular de entrevistadores e uma experiência acumulada de ano para ano. Por outro lado, o censo a cada 10 anos contrata, treina, usa e descarta seus entrevistadores. É de se esperar portanto que a PNAD consiga aplicar critérios mais controlados, obtendo maior precisão, na questão do enquadramento das pessoas na força de trabalho. Assim sendo, é possível que as taxas representem a **grosso modo** o comportamento de mercado da população, descontadas as variações amostrais ou de outra natureza.

#### considerações finais

Que se poderia dizer, a esta altura, sobre aproveitamento dos dados da PNAD referentes ao Estado de São Paulo, para fins

de análise de PEA? Seria o caso de descartá-los, em vista dos problemas que apresentam? Certamente que não.

Primeiro, porque é preferível ter alguma indicação da realidade, mesmo imprecisa ou distorcida, do que nenhuma, desde que se saiba usar com cautela essa indicação.

Segundo, porque é duvidoso que existam fontes completamente fidedignas para o estudo da mão-de-obra. Os censos apresentam problemas, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também os tem, na RAIS discute-se a questão da cobertura mesmo do setor formal da economia.

Terceiro, porque a PNAD é a única fonte, além dos censos, a tentar cobrir todo o universo do mercado de trabalho. A PME é uma pesquisa do IBGE que focaliza apenas as seis principais regiões metropolitanas do país; a RAIS, levantamento feito para outros fins, restringe-se tão somente ao setor formal. Além disso, os censos demográ-

ficos são decenais, ao passo que a PNAD oferece a possibilidade de acompanhar ano a ano a evolução da população trabalhadora.

Algum conhecimento, e talvez conhecimento precioso, pode ser obtido pelo uso cauteloso das informações da PNAD sobre mão-de-obra. O principal cuidado seria não atribuir demasiada importância aos números absolutos, centrando a atenção na evolução das grandezas relativas que, pelo que se pode averiguar, foram mantidas como na amostra (14). Nesses termos, tentar-se-á delinear um quadro da evolução da força de trabalho, que seja de algum modo esclarecedor de suas tendências passadas e futuras.

### Taxas de participação

Tradicionalmente, os níveis de atividade econômica de uma população são medidos por taxas de atividade ou de participação. Uma taxa de participação nada mais é do que a porcentagem da população "em risco" de trabalhar que está de fato no mercado de trabalho, quer trabalhando ou temporariamente ausente do trabalho, quer procurando trabalho (15). O risco é dado pela idade: nos países desenvolvidos, a idade inicial do trabalho é definida com os 15 ou 16 anos; no Brasil, o IBGE considera como tal os 10 anos, embora legalmente o trabalho seja permitido, sem mais formalidades, somente a partir dos 14 anos.

Uma taxa de participação pode ser total ou específica por idade, estado civil, situação do domicílio ou o que se queira, dependendo da subpopulação para a qual é computada. Obviamente, a taxa total indica a porcentagem da população de 10 anos e mais que está no mercado de trabalho; as taxas específicas mostram a porcentagem dos diversos subgrupos nessa condição.

Veja-se, na Tabela 6, as taxas de participação totais e por sexo e idade, segundo as PNADs de 1971 a 1987.

Considerando em primeiro lugar as taxas de atividade dos homens, apresentadas no painel superior da Tabela 6, o que chama a atenção é a relativa estabilidade das taxas totais em torno dos 75%. Por se tratar de uma pesquisa, cujo marco amostral, questionário e operacionalização vieram sofrendo reformulações ao longo dos anos, diferenças de 1 ou 2 pontos percentuais podem facilmente ser aceitas como variações aleatórias ou de outra ordem, conforme previamente discutido. Talvez, muito de leve, poder-se-ia tomar as taxas de 1986 e 1987 como indicativas do princípio de uma tendência ascendente, se confirmadas nos anos subseqüentes, em comparação com a média dos três anos iniciais da série, que é 75,5%.

Chama a atenção também a absoluta falta de sensibilidade dessas taxas às fases do ciclo econômico, sensibilidade esta detectada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Convênio SEADE/DIEESE, para Grande São Paulo (16).

Em todo caso, esta estabilidade, quer aparente, quer real, das taxas totais, vai junto com uma certa alteração na estrutura etária da atividade masculina ao longo dos anos. Se, por um lado, essa participação se manteve estável e acima dos 90% nas faixas etárias que vão dos 20-24 aos 40-49 anos, os dados parecem indicar, por outro lado, uma redução ao longo dos anos da atividade masculina acima dos 50 anos e principalmente acima dos 60 anos. Esta tendência era de se esperar, uma vez que, nas condições do mercado de trabalho brasileiro, a crescente urbanização e modernização da atividade econômica tendem a afastar o trabalhador idoso. O mesmo movimento de retratação, agora da oferta, poderia ter ocorrido nas faixas de 10-14 e 15-19 anos, em virtude do aumento da escolarização. No entanto, a participação nesses grupos etários varia bastante, não apresentando tendência definida. É possível que os dados de PEA nessas idades estejam mais sujeitos a erros nos processos de amostragem e ex-

**Tabela 6**  
**Taxas de Participação por Sexo e Idade**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Sexo e Data	Idade								Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 +	
<b>HOMENS</b>									
1971*	20,0	76,5	93,8	95,0	97,8	93,6	81,5	45,9	76,2
1972	17,2	73,4	92,0	96,9	96,7	93,8	79,7	46,5	74,8
1973	20,3	76,2	92,9	97,6	96,3	93,1	78,4	43,9	75,4
1976	15,6	71,3	90,4	96,7	96,7	92,4	80,0	39,3	73,9
1977	17,7	72,1	91,5	96,5	96,2	92,0	78,9	41,2	74,5
1978	18,4	74,2	91,8	96,8	96,8	93,1	80,4	40,2	75,6
1979	17,9	73,9	92,9	97,8	97,0	92,8	79,0	40,1	75,7
1981	17,6	73,4	93,0	97,2	97,5	93,7	78,6	37,2	75,6
1983	17,4	72,6	93,6	97,5	97,4	92,4	76,6	37,6	75,6
1984	15,8	72,9	93,4	97,6	97,2	91,9	74,7	32,7	75,1
1985	18,2	76,8	93,6	97,7	97,5	93,3	74,8	35,5	76,3
1986	21,1	77,9	93,5	97,9	97,6	92,9	76,0	36,2	77,0
1987	18,9	78,4	93,7	97,6	97,9	94,5	77,6	39,9	77,8
<b>MULHERES</b>									
1971*	13,0	52,0	45,0	38,6	32,5	28,3	20,6	7,3	30,9
1972	11,2	47,8	46,7	35,1	30,6	27,0	19,2	7,0	29,2
1973	12,3	51,2	50,4	36,0	34,9	27,7	18,2	6,7	31,2
1976	9,5	47,8	48,1	38,2	35,0	28,1	17,2	5,6	30,4
1977	11,6	50,0	49,8	40,9	38,5	31,2	19,2	7,1	32,9
1978	12,4	49,7	49,8	43,0	38,9	34,5	22,3	7,7	34,1
1979	13,2	50,0	52,1	43,8	40,7	35,3	22,6	6,3	35,0
1981	11,1	50,1	53,5	45,9	43,3	36,5	24,8	8,5	35,9
1983	10,8	50,4	55,8	47,5	46,1	41,0	25,0	7,6	37,4
1984	11,7	51,1	58,4	49,4	48,9	42,4	26,7	7,4	38,9
1985	11,0	52,3	57,7	51,5	49,9	41,8	26,1	5,8	38,9
1986	12,5	53,9	60,8	52,2	52,7	44,1	26,8	8,4	40,8
1987	10,5	52,1	60,6	52,7	52,3	42,1	28,6	8,6	40,4

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-87.

(\*) Os dados de 1971 foram subdivididos e reagrupados pela fórmula de Newton.

pansão, por representarem universos mais restritos.

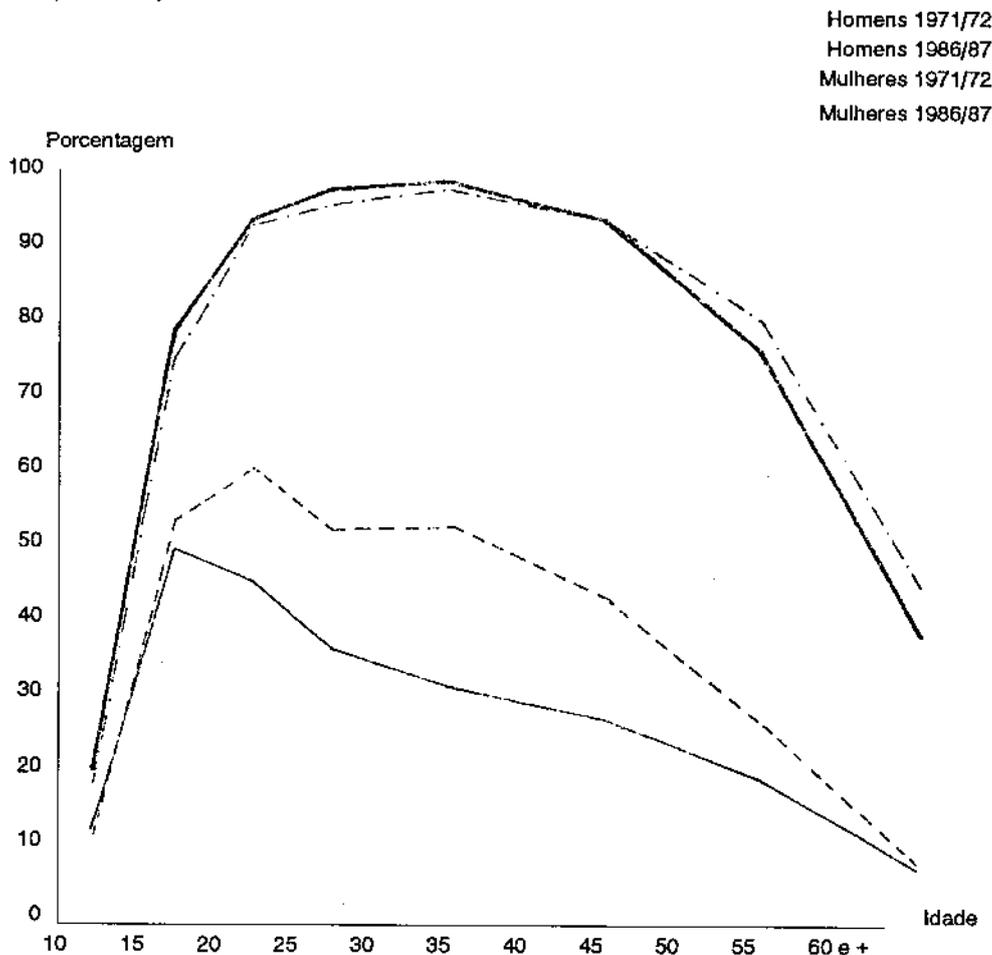
A participação feminina total evidencia uma tendência mais clara à elevação, partindo de um patamar de 30% no início do anos setenta para níveis próximos a 40% em meados da década de oitenta. Observando a evolução das taxas específicas por idade, nota-se que a participação feminina cresceu significativamente nas idades centrais do ciclo vital, isto é, dos 20-24 aos 50-59 anos. Como no caso masculino, esta tendência não parece ter muita relação com as fases

do ciclo econômico: a atividade feminina esteve no patamar dos 30% nos anos do "milagre brasileiro" (1971-73), veio aumentando nos anos que se sucederam (1977-79), continuou a crescer nos anos da crise (1981-83) e não deixou de crescer depois deles. É provável que a maior participação feminina esteja ligada a mudanças estruturais da economia paulista, que por sua vez forçam uma certa redefinição dos papéis sociais da mulher, especialmente da mulher casada, como se verá logo mais.

Veja-se na Figura 1, a representação gráfica da evolução das PEA's masculina e feminina de uma década a outra. Para início da série foram tomadas as taxas médias de

Demográfico. Numa tentativa de testar um pouco mais a confiabilidade do aumento de participação feminina, detectado pela PNAD, pretende-se agora submeter esta

**Figura 1**  
**Estrutura Etária das Taxas de Participação Masculina e Feminina**  
**Estado de São Paulo**  
**1971/72 e 1986/87**



FONTE: FIBGE, PNAD, 1971, 1972, 1986, 1987.

1971 e 1972 e para finalizá-la, as médias de 1986 e 1987. Com o uso das médias procura-se atenuar eventuais flutuações.

Em capítulo anterior se fez uma avaliação prévia das taxas de participação da PNAD, em confronto com as taxas do Censo

participação à análise de coorte, que se apresenta na Tabela 7.

A idéia é ver se as taxas de atividade se apresentam inconsistentes para uma **mesma geração de mulheres**. Obviamente as taxas da Tabela 6, representam, para

**Tabela 7**  
**Participação Feminina no Estado: Análise de Coorte**  
**Estado de São Paulo**  
**1961-77**

Data	Idade					
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
1961	-	-	45,0	38,2	43,7	51,1
1962	-	44,2*	46,7	40,9	45,6	53,2
1963	-	44,7*	50,4	43,0	45,3	-
1966	-	52,0	48,1	45,9	54,0	-
1967	-	47,8	49,8	48,4	51,5	-
1968	-	51,2	49,8	47,5	-	-
1971	13,0	47,8	53,5	52,2	-	-
1972	11,2	50,0	54,6	52,7	-	-
1973	12,3	49,7	55,8	-	-	-
1976	9,5	50,1	60,8	-	-	-
1977	18,4	75,1	65,2	-	-	-

FONTE: IBGE, PNAD 1967-1987.

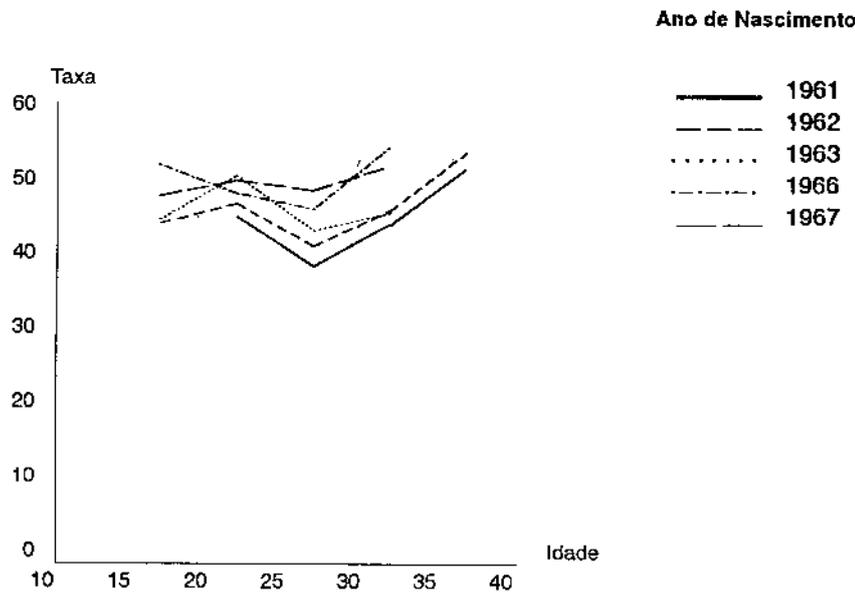
(\*) Refere-se à faixa etária de 14-19 anos.

cada ano, o comportamento de diferentes gerações de mulheres que estão na faixa etária de 10-14, 15-19, 20-24 e assim por diante, no ano dado.

Na análise de coorte reorganizam-se as taxas, de modo a acompanhar cada geração

ou coorte ao longo do tempo, observando seu nível de atividade nas diferentes datas para os quais o levantamento foi feito. Assim, tomando a coorte quem em 1961 atingiu a idade ativa, isto é, que estava com 10-14 anos naquela data, 15-19 anos em

**Figura 2**  
**Participação Feminina no Estado: Análise de Coorte**



FONTE: FIBGE, PNAD 1967-87.

1966, 20-24 anos em 1971, 25-29 em 1976, 30-34 em 1981 e 35-39 em 1986, as taxas de participação podem ser lidas na primeira linha da Tabela 7. A geração que entrou no mercado em 1962 estava com 15-19 anos em 1967, 20-24 em 1972 e assim por diante. E assim, sucessivamente, para as coortes ou gerações que foram atingindo a idade ativa nos anos subseqüentes.

Os anos e as idades incluídos na Tabela 7 esbarram no limite da brevidade do período para o qual existem dados (1967-1987) e da não realização da PNAD nos anos de 1970, 1974, 1975 e 1980. Para o cômputo das taxas de 30-34 e 35-39 anos foram consultadas as fitas das PNAD's pertinentes, uma vez que nas publicações o grupo etário 30-39 não é subdividido.

Os dados da Tabela 7 são apresentados graficamente na Figura 2. Ai estão representadas apenas as coortes de 1961 a 1967, isto é, aquelas para as quais existem pelo menos quatro observações.

A análise da coorte, apresentada na Tabela 7 e na Figura 2, permite vislumbrar um aspecto até agora não detectado da participação feminina no Estado: a volta da mulher casada ao mercado de trabalho. Assim, na medida da confiabilidade dos dados discutidos, a participação feminina aparece bimodal, para cada geração sucessiva. Um primeiro pico se apresenta aos 15-19 ou 20-24 anos, o nível de atividade se reduz na faixa de 25-29 anos, elevando-se depois, para atingir um segundo pico. Como se têm apenas quatro observações para cada coorte, não é possível afirmar em que idade ocorre o segundo pico, que aparece aos 35-39 anos para as coortes de 1961 e 1962.

Uma observação complementar é que cada geração, ao passar por mesmo grupo etário, apresenta um nível de participação mais elevado do que a geração anterior, exceção feita à faixa de 10-14 anos, onde as taxas obtidas têm um comportamento errático, e à faixa de 15-19, onde não aparece tendência definida.

Ora, este padrão de altas taxas no início da carreira produtiva, participação reduzida nos anos da reprodução e retomada de altos níveis de atividade quando os filhos vão para a escolinha tem sido observado entre as mulheres do primeiro mundo. Assim, os dados das Tabelas 6 e 7 não são totalmente incoerentes, mas pelo contrário, fazem sentido e podem estar apontando para o surgimento de um novo padrão de comportamento da mulher paulista, com relação ao trabalho de mercado.

### Características demográficas da força de trabalho

#### composição sexual

É claro que, em presença de taxas de participação masculinas constantes e femininas crescentes, o resultado tem que ser uma proporção crescente de mulheres na PEA. Essa "feminização" pode ser observada na Tabela 8.

**Tabela 8**  
PEA Total e Porcentagem Feminina  
Estado de São Paulo  
1971-87

Data	PEA	Mulheres (%)
1971	7.405.000	28,8
1972	7.412.084	28,0
1973	7.832.443	26,5
1976	8.791.836	29,2
1977	9.248.677	30,7
1978	9.734.819	31,2
1979	10.134.953	31,6
1981	11.257.833	32,3
1983	11.989.659	33,5
1984	12.510.213	34,8
1985	13.084.367	34,2
1986	13.821.265	35,8
1987	14.249.627	35,0

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-1987.

Aqui, de novo, pequenas variações podem ter sido introduzidas pelo uso de populações masculinas e femininas projeta-

das em separado, no processo de expansão da amostra da PNAD. Porém a tendência, ao longo dos anos, parece inequívoca.

#### condição no domicílio

A condição na família das pessoas que trabalham é altamente correlacionada com sexo e idade. Uma vez que em nossa sociedade o casamento é norma para ambos os sexos e tradicionalmente se atribui ao homem a chefia da família, depois de uma certa idade as pessoas tendem a passar de filhos a cônjuges (mulheres) ou chefes de família (homens). Assim, uma análise da condição na família deveria necessariamente ser feita por cortes etários. Infelizmente as publicações da PNAD não permitem o controle da variável idade.

Veja-se, na Tabela 9, a distribuição da PEA masculina e feminina segundo a condição no domicílio, para os anos disponíveis. Antes, porém, uma observação: é preciso

ter em mente que se trata de condição com relação ao chefe do domicílio. Não se deve confundir esta classificação por estado civil, já tradicional na análise demográfica da PEA. Assim, entre os filhos, por exemplo, podem existir filhos casados morando com os pais; como entre os outros parentes ou sem parentesco pode haver casais, ou viúvos, ou divorciados. Porém é mais provável que a condição no domicílio apresente maior correlação com a atividade econômica do que o simples estado civil (17).

Começando a comentar a Tabela 9 pelos pontos menos importantes, pode causar estranheza o aparecimento, de 1984 em diante, de cônjuges masculinos. Isto se prende provavelmente a mudança de orientação da pesquisa. O **Manual do Entrevistador** em uso até 1981 definia como cônjuge a **pessoa que vive conjugalmente com o chefe do domicílio, exista ou não vínculo matrimonial** (18). No manual do período seguinte se dizia: **Cônjuge - para morador (homem ou mulher) que vive conjugal-**

**Tabela 9**  
**Distribuição da PEA Masculina e Feminina Segundo Condição no Domicílio**  
**Estado de São Paulo**  
**1972-1987**

Condição no Domicílio	Data							
	1972	1973	1976	1977	1984	1985	1986	1987
<b>PEA MASCULINA</b>								
Chefes de família	82,0	61,1	63,4	63,4	65,5	65,2	64,1	64,5
Cônjuges	-	-	-	-	0,2	0,2	0,3	0,2
Filhos	30,4	31,2	30,6	30,3	29,7	30,0	31,0	29,8
Outros parentes	5,6	6,0	3,9	4,3	3,7	3,8	3,6	4,4
Sem parentesco	2,0	1,7	2,1	2,0	0,9	0,8	1,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>PEA FEMININA</b>								
Chefes de família	9,5	9,0	11,2	11,7	16,0	15,7	16,7	15,6
Cônjuges	29,1	29,9	30,0	33,0	41,1	40,9	40,9	42,0
Filhos	45,2	44,7	43,5	41,1	34,4	34,7	34,7	34,0
Outros parentes	7,8	8,2	7,1	6,0	4,6	4,9	3,8	5,3
Sem parentesco	8,4	8,2	8,2	8,2	3,9	3,8	3,9	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, 1972-1987.

mente. . . (19). É de se crer que essa explicitação do sexo e mais a instrução eventualmente passada ao entrevistador tenha permitido a consignação de homens à condição de cônjuges, à revelia do costume que fazia do homem chefe da família, mesmo que de fato não exercesse essa função. Interessante para a sociologia da família é que cerca de 4/5 dos homens ditos cônjuges trabalhavam, de onde se deduz que a condição de ativo não é mais determinante e definitiva da chefia da casa.

Uma observação complementar. A proporção maior, embora pequena, de mulheres do que de homens que trabalham e que moram no domicílio, sem vínculo de parentesco, se explica pela presença da empregada doméstica. Isto pôde ser comprovado para os anos em que a PNAD publicou em separado o número de empregados domésticos.

Mas qual é a distribuição das pessoas que trabalham segundo a relação com o chefe do domicílio?

A distribuição dos homens não foge ao esperado: cerca de 2/3 deles são **chefes de família**, pouco menos de 1/3, provavelmente mais jovens, são **filhos**; uns poucos pontos percentuais representam outros **parentes e não parentes**. Essa distribuição se mantém relativamente estável ao longo dos anos.

O caso das mulheres é mais interessante: aumenta de uma década para a outra a proporção da PEA feminina que é **chefe de família** ou **cônjuge**, em detrimento das outras categorias. Como não houve nesse particular mudanças de questionário e como também é possível que haja mulheres casadas nas outras categorias, pode ser considerado que, nos anos 80, um mínimo de 40% da PEA feminina era **casada** e não **chefe de família**. Isto indica uma mudança de comportamento considerável em relação ao padrão tradicional, em que a mulher trabalhava só ou primordialmente enquanto solteira.

Antes de prosseguir, será necessário verificar se, em alguma medida, esses resultados não refletem apenas o aumento da proporção de mulheres chefes e cônjuges na população, sem nenhuma implicação de mudança comportamental com relação à atividade econômica. A necessidade de detectar mudanças comportamentais entre as mulheres casadas, em geral menos propensas a atividades de mercado, decorre da importância que seu comportamento possa ter para fins de previsão do desenvolvimento futuro da PEA.

De fato, feitos os cálculos para a população de 10 e mais anos, constata-se que a proporção de mulheres chefes de família dobrou no período, passando de 6,2% em 1972 para 12,0% em 1987. Também aumentou a proporção de cônjuges, que, de 47,2% em 1972, passou para 50,4% em 1987.

Qual seria então o efeito "puro" das variações de participação econômica dentro de cada classe de condição no domicílio, livre dos efeitos do crescimento da classe dentro da população? Tenta-se responder a essa pergunta com os dados da Tabela 10, onde estão calculados taxas de participação específicas por condição no domicílio.

Os dados da tabela indicam, no caso dos homens, que a participação dos chefes de família é alta e sustentada durante todo o período; a participação dos filhos, embora levemente crescente, é mais baixa que a das outras classes, talvez em virtude de idades mais jovens, que os dados publicados da PNAD não permitem comprovar; os outros parentes incluem pais e sogros, com menores níveis de atividades; os homens sem parentesco com o chefe da casa exibem altas taxas de participação.

No caso das mulheres observa-se que, na medida da fidedignidade destes dados, os níveis de atividades cresceram no período para todas as classes de condição no domicílio, inclusive para chefes de família e, mais acentuadamente ainda, para cônjuges. Como em todo o período estudado as

**Tabela 10**  
**Taxas de Participação Segundo Sexo e Condição no Domicílio**  
**Estado de São Paulo**  
**1972-1987**

Sexo e Data	Condição no Domicílio				
	Chefes	Cônjuges	Filhos	Out. Parent.	S/ Parent.
<b>HOMENS</b>					
1972	88,6	-	57,6	65,7	85,5
1973	87,9	-	59,8	68,4	80,9
1976	86,8	-	56,7	66,9	79,4
1977	86,7	-	57,3	71,2	86,1
1984	85,2	78,2	59,6	69,0	90,9
1985	85,8	79,3	61,4	71,3	93,4
1986	86,5	76,6	63,2	66,9	88,4
1987	87,6	73,9	62,7	71,4	93,5
<b>MULHERES</b>					
1972	44,8	18,0	38,2	25,7	78,6
1973	43,8	19,8	40,7	28,2	82,1
1976	41,8	18,8	39,7	31,1	79,5
1977	45,9	22,0	59,1	32,7	86,1
1984	53,1	31,5	44,7	30,9	87,6
1985	52,1	31,5	44,8	30,5	91,0
1986	54,8	33,4	46,9	27,4	91,0
1987	52,5	33,7	46,3	32,6	88,5

**FONTE:** IBGE, PNAD, 1972-1987.

mulheres cônjuges perfaziam cerca de 50% da população feminina de 10 e mais anos, um aumento tão significativo de seu nível de atividade pode ser um dos fatores da elevação das taxas de participação feminina nos totais e por idade, anteriormente discutida. E, mais ainda, estes dados indicam a presença crescente da mulher casada no mercado de trabalho e também de mais membros da família, especialmente filhos dos dois sexos.

Mas quais fidedignos são os dados da PNAD referentes a condição no domicílio e participação econômica? Para ter alguma luz sobre este ponto, construiu-se a Tabela 11, onde são mostradas as taxas de atividades por condição no domicílio do Censo Demográfico. Essas taxas foram calculadas para a mesma população que consta das Tabelas 9 e 10, isto é, a população de 10 e mais anos de idade.

**Tabela 11**  
**Taxas de Participação Segundo Sexo e**  
**Condição no Domicílio**  
**Estado de São Paulo**  
**1980**

	Homens	Mulheres
Chefes	87,5	47,6
Cônjuges	76,9	22,3
Filhos	57,1	40,6
Outros parentes	70,7	32,0
Sem parentesco	90,2	86,3

**FONTE:** IBGE, Censo Demográfico, 1980.

Comparando as cifras da Tabela 11 com suas congêneres da Tabela 10, referentes a 1977 e 1984, que são os anos mais próximos de 1980, observa-se que são todas da mesma ordem de grandeza, o que de certo modo valida os dados da PNAD e

vice-versa. Nem se poderia esperar que fossem exatamente idênticos, pois se reportam a anos diferentes e são produto de duas pesquisas também diferentes. Parece que o Censo tende a incluir menos pessoas na PEA que a PNAD, pois oito das dez taxas da Tabela 11, de 1980, são mais baixas que suas congêneres de 1984, da Tabela 10. As maiores diferenças de 1980 com relação a 1984 situam-se justamente nas categorias que mais nos interessam, as mulheres chefes (-5,5 pontos percentuais) e as mulheres cônjuges do chefe do domicílio (-9,2 pontos percentuais). Fica portanto em aberto a questão de saber se a participação da mulher casada realmente cresceu de 22,0% para 31,5% nos sete anos que vão de 1977 a 1984 ou se alguma mudança de critério ou erro de medida estaria afetando esse resultado.

### escolaridade

Como tem evoluído a educação formal da PEA do Estado? Em que níveis se situa essa educação atualmente? Para responder a essas perguntas preparou-se a Tabela 12, onde se apresenta a distribuição da PEA masculina e feminina por anos de estudo, para as diversas datas em que esse dado está disponível.

Infelizmente a PNAD, nas tabelas publicadas, agrupa os anos de estudo em classes tais, que é impossível separar as pessoas por curso terminado. Mesmo assim, os dados permitem algumas inferências.

Na Tabela 12, nota-se que, nos dois sexos, caíram as porcentagens sem escolaridade ou com apenas 1-4 anos de escola, com aumento proporcional das classes com 5-8 e 9 e mais anos de estudo. Nesse curto

**Tabela 12**  
**Distribuição da PEA Masculina e Feminina por Anos de Estudo**  
**Estado de São Paulo**  
**1977-1987**

Sexo e Data	Anos de Estudo				Total
	0	1-4	5-8	9 +	
<b>PEA MASCULINA</b>					
1977	11,7	52,9	19,4	16,0	100,0
1978	12,8	50,1	20,3	16,8	100,0
1979	10,6	50,6	20,7	18,1	100,0
1981	9,9	48,3	22,2	19,6	100,0
1983	9,3	46,5	22,7	21,5	100,0
1984	9,1	44,4	24,4	22,1	100,0
1985	8,7	43,8	24,5	23,0	100,0
1986	7,6	42,9	25,7	23,8	100,0
1987	7,4	42,0	26,2	24,4	100,0
<b>PEA FEMININA</b>					
1977	11,3	47,7	19,6	21,4	100,0
1978	12,7	44,4	20,2	22,7	100,0
1979	9,9	45,1	20,6	24,4	100,0
1981	10,3	40,8	21,7	27,2	100,0
1983	9,2	40,7	22,2	27,9	100,0
1984	9,1	39,1	23,0	28,8	100,0
1985	8,4	37,3	23,8	30,5	100,0
1986	7,8	37,1	24,7	30,4	100,0
1987	7,8	34,8	25,9	31,5	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, 1977-1987.

período de nove anos, as porcentagens da população trabalhadora com pelo menos 5 anos de escola cresceram significativamente. Este processo de escolarização da PEA, que reflete o que está ocorrendo com a população paulista, é digno de nota, tanto mais que, nesses anos, foi substancial o influxo de migrantes de outros estados, geralmente com menores níveis educacionais (20).

Além disso, uma observação cuidadosa dos dados da Tabela 12 parece indicar que a PEA feminina apresenta um melhor nível de escolaridade que a masculina. Assim pode ser verificado que, ano a ano, são equivalentes as proporções de homens e mulheres sem escolaridade alguma e com ensino médio (5-8 anos), ao passo é bem menor a porcentagem de mulheres com apenas 1-4 anos de estudo (em 1987, 34,8% das mulheres e 42,0% dos homens) e bem maior a porcentagem feminina com 9 e mais anos de estudo (em 1987, 31,8% das mulheres e 24,4% dos homens). Como na população o reverso é verdadeiro, isto é, os homens são mais escolarizados que as mulheres, conclui-se que a participação econômica da mulher é educação-seletiva. Isto parece indicar uma certa racionalidade das unidades domésticas, em cujo âmbito são tomadas as decisões de quem se envolve no trabalho de mercado e quem na produção de bens e serviços para consumo interno. Assim, preferência é dada ao engajamento no mercado de trabalho das mulheres mais escolarizadas. No caso dos homens, a escolarização não parece ter papel determinante, em face da quase universalidade de seu engajamento no mercado.

Aliás, estas tendências vêm de longe e são confirmadas pelo Censo de 1980 (21). Pelo menos desde 1940 vem crescendo a escolaridade da população paulista, mais aceleradamente a das mulheres. E, se a PEA masculina, reflete a escolaridade da população masculina, a PEA feminina se destaca por uma escolaridade mais elevada, em re-

lação tanto à da população feminina como à da PEA masculina.

### **Aspectos da absorção da mão-de-obra paulista**

No tópico anterior foram analisadas características pessoais dos trabalhadores de ambos os sexos. Neste tópico serão discutidos alguns aspectos mais gerais de sua absorção, que são pesquisados pela PNAD. Como no tópico anterior, procurarse-á, de um lado, acompanhar a evolução de certas variáveis relacionadas com as condições do mercado; de outro, obter alguma indicação da verossimilhança das medidas tiradas dessas variáveis pela PNAD.

Especificamente, serão focalizados os seguintes aspectos: ocupação/desemprego, distribuição setorial, posição na ocupação e horas semanais trabalhadas.

#### **ocupação/desemprego**

Uma das primeiras perguntas que se pode fazer sobre a absorção da força de trabalho diz respeito ao nível de ocupação. Este costuma indicar que proporção da oferta de trabalho é de fato empregada na atividade produtiva. Ou, inversamente, pode-se estudar o nível de desemprego, que é a proporção das pessoas aptas e dispostas a trabalhar, que não encontram colocação.

Sabidamente, a PNAD não é o melhor instrumento de captação do desemprego (também não o é o Censo, aliás). O próprio conceito de desemprego foi importado dos países desenvolvidos, com mercados de trabalho bem estruturados, em que as pessoas estão claramente ocupadas ou desempregadas. Ele é de aplicação questionável a países como o Brasil, onde os vínculos empregatícios são muitas vezes frouxos e mal definidos e a maior parte das pessoas não contam com esquemas de poupança privada ou seguro-desemprego, que lhes pemi-

tam fazer face a períodos de desemprego propriamente dito. O problema é mais sério ainda nas atividades agrárias não capitalistas, onde a carga de trabalho é variável durante o ano agrícola, e mesmo nas atividades capitalistas que empregam mão-de-obra temporária.

Desde seus primórdios, a PNAD adotou como indicativo da disposição de trabalhar o critério da procura ativa de trabalho, com providências tomadas **nos dois últimos meses** (22). Em 1976 e 1977 parece que esse período foi restringido a **uma semana**, pois se fala de "Procura de trabalho" por parte das "pessoas que, na semana de referência, estavam procurando trabalho. . ." (23).

Existem aí pelo menos dois problemas. O primeiro diz respeito ao marco temporal. O período de dois meses, que já se podia considerar demasiado curto para a procura de trabalho, foi ainda abreviado para uma semana a partir de 1976. Absolutamente insuficiente para caracterizar o desemprego, nas condições vigentes no mercado de trabalho brasileiro.

O segundo problema decorre da hipótese de que o desempregado esteja procurando trabalho ativamente. Isto pode ser verdade no setor mais organizado do mercado, porém esse setor abrange apenas uma parcela da mão-de-obra. Nas condições precárias de sobrevivência que cabem à grande massa de trabalhadores, o mais provável é que as pessoas mantenham algum tipo de ocupação, ainda que intermitente e baixissimamente remunerada, enquanto simplesmente aguardam que surja uma oportunidade de colocação, mediante contactos informais. Além disso, também não procura trabalho toda uma classe de pessoas, geralmente jovens e mulheres, que estão convencidos de que o mercado nada tem a lhes oferecer, que em termos de trabalho, quer em termos de remuneração que compense o esforço e as despesas adicionais.

A própria PNAD, que até 1973 publicou tabelas de "desocupados", em 1976 mudou o título dessas tabelas para "Pessoas procurando trabalho", talvez num reconhecimento de que ela tinha aí apenas uma fração dos desempregados. É mesmo essas tabelas deixaram de ser publicadas em 1978.

À guisa de curiosidade, apresentamos a seguir as taxas de desemprego, ou de desocupação, calculadas com dados da PNAD para o Estado de São Paulo. A partir de 1978 os dados foram obtidos por diferença entre a PEA total e o número de pessoas ocupadas, para cada sexo.

**Tabela 13**  
**Taxas de Desemprego Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Data	Homens	Mulheres
1971	3,9	5,4
1972	2,8	3,9
1973	2,3	4,0
1976	2,0	1,7
1977	2,5	3,0
1978	2,3	2,9
1979	3,1	3,1
1981	5,4	5,6
1983	6,8	5,5
1984	5,4	6,0
1985	4,5	4,9
1986	2,8	3,3
1987	4,6	4,2

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-87.

Talvez não seja demais lembrar que, como complemento das taxas de desemprego, as taxas de ocupação da PNAD também não podem ser levadas muito a sério. Em outras palavras, por não captar o volume real do desemprego, a PNAD não pode precisar os limites reais da força de trabalho e portanto também não seus níveis de ocupação. Isto tudo em termos conceituais, como se não houvesse os problemas metodológicos previamente assinalados.

Por outro lado, esta dificuldade específica com o desemprego não invalida necessariamente o estudo das características das pessoas ocupadas, que constituem o grosso da PEA,

### distribuição setorial

Para análise da distribuição setorial da PEA paulista será usada uma adaptação da classificação proposta por Singer (24). Esta não é incompatível com a divisão clássica em três setores e nos ramos de atividade também clássicos. Ela inova ao tentar separar, no **secundário**, a produção fabril, de um lado, dos **serviços de reparação**, que são artesanais, o que é impossível fazer com os dados da PNAD e, **nos serviços**, aqueles voltados para a produção e a distribuição de bens materiais, complementares à produção, daqueles que atendem ao consumo, distinguindo-se o consumo coletivo do individual. O objetivo deste reagrupamento é tentar visualizar, no mercado de trabalho, o grau de aprofundamento das relações de produção capitalistas, que tendem a promover a produção fabril em detrimento da artesanal, com os serviços de reparação restritos aos bens de alto valor e difícil reposição; e distinguir, no terciário, os serviços que são vitais à produção e com ela deveriam crescer, daqueles outros que poderiam representar bolsões de desemprego disfarçado ou subemprego da mão-de-obra.

Assim, o esquema que é possível aplicar aos dados da PNAD é apresentado a seguir com certo grau de detalhe, a partir das informações contidas na descrição metodológica dessa Pesquisa (25). Esse detalhamento refere-se à classificação usada pelo menos a partir de 1976; não se encontrou muita informação sobre o período anterior.

A seguir, as linhas gerais do esquema:

1. **PRIMÁRIO** (agricultura e silvicultura, criação de animais, coleta de produtos vegetais não cultivados, extração de madeira, pesca, agricultura).

## 2. SECUNDÁRIO

- 2.1. Indústria de transformação
- 2.2. Indústria da construção
- 2.3. Outras atividades industriais (extração mineral e serviços de utilidade pública).

## 3. TERCIÁRIO

- 3.1. Serviços de produção
  - 3.1.1. Comércio de mercadorias
  - 3.1.2. Transporte e comunicações
  - 3.1.3. Comércio de valores (crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, outras atividades e atividades mal definidas ou não declaradas)
  - 3.1.4. Serviços técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas (jurídicos, contabilidade, assessoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade, pintura, desenho, escultura, decoração, investigação particular etc., serviços auxiliares dos setores primário, secundário e terciário).
- 3.2. Serviços coletivos
  - 3.2.1. Atividades sociais (comunitárias, médicas, odontológicas, ensino)
  - 3.2.2. Administração pública (inclusive Defesa Nacional e Segurança Pública)
- 3.3. Serviços pessoais (alojamento e alimentação, reparação e conservação, serviços pessoais e domiciliares, diversões, rádio e televisão).

O esquema assim adaptado merece algumas considerações, das quais se destacam as seguintes:

1. Os dados não permitem separar o artesanato, nem na produção, nem na reparação de bens. Os Serviços de reparação e conservação são incluídos pela PNAD nos Serviços pessoais, talvez

porque a reparação de objetos de uso pessoal ou doméstico absorveu, em 1970, 57,0% do total de mão-de-obra envolvido em reparação e conservação. Porém em 1980 esse percentual caiu para 13,0%. Fica portanto aí uma impropriedade.

2. Na PNAD estão consignadas em Outras atividades, ao fim da classificação, tanto as atividades próprias do que se costuma chamar Comércio de valores, como as atividades realmente residuais e as mal definidas. Como este último grupo representava, no Censo de 1980, menos de 1% da PEA total (26) e na esperança de que também na PNAD seu peso não seja muito significativo, resolveu-se colocar todo o grupo entre os **Serviços de produção**.
3. Diversões, rádio e televisão deveriam figurar como Atividades sociais, porém nas tabelas publicadas os dados correspondentes são agregados a **Serviços pessoais**.
4. Os dados de Extração mineral e Serviços industriais de utilidade pública, que apareciam em separado em 1971-73, foram neste trabalho agrupados em Outras atividades industriais, conforme a série subsequente publicada. As Profissões liberais dos mesmos anos foram agregadas a Atividades sociais, uma vez que aí estão consignados médicos e dentistas a partir de 1976.
5. Desde 1976, os serviços de Armazenagem deixaram de constar explicitamente. Não foi possível verificar para onde foram.
6. Em 1977 e 1978, os **Serviços auxiliares das atividades econômicas** foram englobados com **Prestação de serviços pessoais**. Os dados de 1977 foram desconsiderados, pois apresentam outras agressões não explicitadas.

Conforme previamente discutido, será considerada apenas a distribuição setorial, em termos relativos, e não o crescimento ou redução dos setores, em termos absolutos.

O primeiro comentário que se impõe sobre a distribuição setorial da PEA paulista nos anos em estudo diz respeito à queda pronunciada das porcentagens absorvidas pelo Primário, tanto num sexo, quanto no outro. Esta tendência à "urbanização" da atividade econômica no Estado remonta pelo menos aos anos 40, porém se processou a um ritmo muito acelerado nesta década e meia. A PEA agrícola masculina, que representava mais de 20% no início da década de 70, caiu a cerca de 10% em meados da década seguinte, ao passo que no mesmo período a PEA agrícola feminina caiu de pouco mais de 10% a cerca de 5%.

Esta retratação relativa acelerada da PEA agrícola do Estado está provavelmente ligada às profundas alterações técnicas, econômicas e sociais por que passou o campo a partir de 1967, com incentivos aos produtos de exportação e, na década seguinte, à cana-de-açúcar como fonte energética, à agroindústria e à indústria de implementos e insumos agrícolas. Assim, a integração da agricultura paulista em um complexo agroindustrial capitalista, regido pelo lucro, com envolvimento de capitais industriais e financeiros, acabou por gerar maior concentração fundiária, concentração da produção e da renda, aumento da produtividade do trabalho e da terra e, concomitantemente, maior êxodo rural (27).

A segunda observação diz respeito à manutenção dos diferenciais entre os sexos, na participação no Primário. Durante todo o processo de retratação deste setor, a parcela da PEA masculina engajada nas atividades primárias manteve-se praticamente duas vezes maior do que a feminina. Pode ser que persista aí uma certa subnumeração das mulheres nas atividades primárias. Mas pode também estar havendo a migração seletiva das mulheres solteiras para as cidades, fenômeno este constatado em outros contextos.

Quais foram os setores beneficiários dessa violenta redução proporcional do Primário? Pareceria que os homens foram ab-

**Tabela 14**  
**Distribuição Setorial da PEA, Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-87**

Setores e Ramos/Sexo	Anos											
	1971	1972	1973	1976	1978	1979	1981	1983	1984	1985	1986	1987
<b>PEA MASCULINA</b>												
Primário	23,2	21,4	20,4	16,6	15,4	14,6	12,8	13,6	12,8	11,6	10,8	10,8
Secundário	33,4	35,7	39,5	42,4	43,8	43,8	43,3	40,5	41,2	41,6	43,9	43,1
Transformação	25,6	27,3	29,1	30,3	32,0	32,0	31,0	28,6	30,3	30,7	32,9	32,0
Construção	7,8	6,9	9,1	10,3	9,9	9,9	10,7	10,2	9,3	9,3	9,7	9,9
Outras Ativ. Indust.	-	1,5	1,3	1,8	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,6	1,3	1,2
Terciário	43,4	42,9	40,1	41,0	40,8	41,6	43,9	46,0	46,0	46,8	45,3	46,1
Serviços de Produção	25,9	24,1	24,6	25,0	20,8	24,8	26,4	27,2	27,3	27,3	26,6	27,6
Com. de Mercadorias	13,6	12,1	12,4	11,4	11,4	11,0	12,6	12,3	12,7	13,1	12,7	13,1
Transp. e Comunicações	7,1	6,6	7,0	6,2	5,7	6,0	6,0	6,4	6,0	5,6	6,0	6,1
Comércio de Valores	5,2	3,7	3,4	3,8	3,7	3,5	3,9	4,5	4,3	4,6	3,8	4,1
Serv. Aux. Ativ. Econ.	-	1,7	1,8	3,6	-	4,3	3,9	4,0	4,3	4,0	4,1	4,3
Serviços Coletivos	8,4	7,6	6,8	6,9	7,4	7,4	7,8	7,8	7,8	8,2	8,4	8,0
Atividades Sociais	4,3	2,9	2,8	3,2	3,7	3,6	3,5	3,8	3,8	3,9	3,8	3,6
Admin. Pública	4,1	4,7	4,0	3,7	3,7	3,8	4,1	4,0	4,0	4,3	4,6	4,4
Serviços Pessoais	9,1	11,2	8,7	9,1	12,6*	9,4	9,9	11,0	10,9	11,3	10,3	10,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>											
<b>PEA FEMININA</b>												
Primário	12,2	11,6	12,5	8,9	8,6	8,7	7,2	7,3	6,3	5,2	4,7	5,4
Secundário	20,1	22,0	21,2	24,0	23,1	22,4	22,5	20,0	19,6	20,9	24,0	22,2
Transformação	19,8	21,5	20,7	23,1	22,1	21,6	21,6	19,1	19,0	20,1	23,3	21,2
Construção	0,3	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,5
Outras Atividades	-	0,2	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,5
Terciário	67,7	66,4	66,3	67,1	68,3	68,9	70,3	72,7	74,1	73,9	71,3	72,4
Serviços de Produção	15,2	12,8	13,5	19,0	15,7	19,6	19,9	19,7	20,7	20,8	21,5	21,9
Com. de Mercadorias	11,0	8,1	9,0	10,4	10,0	10,4	10,9	10,9	11,4	11,5	12,7	12,1
Transp. e Comunicações	1,3	1,0	1,0	1,3	1,3	1,0	1,3	1,0	1,1	1,0	1,0	1,1
Comércio de Valores	2,9	3,7	3,5	4,4	4,4	4,6	4,6	4,3	4,7	5,1	4,1	4,5
Serv. Aux. Ativ. Econ.	-	-	-	2,9	-	3,6	3,1	3,5	3,5	3,2	3,7	4,2
Serviços Coletivos	16,4	18,4	17,2	17,8	17,9	17,6	18,1	18,7	18,0	20,0	19,1	19,6
Atividades Sociais	14,4	15,9	15,3	15,7	15,3	14,9	15,5	16,2	15,7	16,9	16,4	16,6
Admin. Pública	2,0	2,5	1,9	2,1	2,6	2,7	2,6	2,5	2,3	3,1	2,7	3,0
Serviços Pessoais	36,1	35,2	35,6	30,3	34,7*	31,7	32,3	34,3	35,4	33,1	30,7	30,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>											

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-87.

(\*) Aí estão englobados os serviços auxiliares das atividades econômicas.

sorvidos em proporções maiores pelo Secundário e as mulheres, pelo Terciário. Porém, dentro de cada setor, os dados apre-

sentam tanta variação, que é difícil tirar conclusões seguras sobre a evolução dos ramos de atividades.

Isto não invalida, no entanto, a possibilidade de comparação entre os sexos, ano a ano. E, nesse terreno, o que mais chama a atenção é o fato de que, para qualquer ano, uma proporção três vezes maior de mulheres do que de homens encontra colocação em Serviços domiciliares e pessoais. Cerca de um terço da PEA feminina continua a ser absorvida por esse ramo de atividade, em contraste com o peso de apenas 10% que ele tem para os homens.

Pena é que os dados da PNAD não permitam separar, dos serviços pessoais, o emprego doméstico. Talvez seja bom lem-

brar que a apresentação em anexo, para quem dela tiver uso.

Para terminar este tópico, uma ligeira avaliação da evolução do volume de mão-de-obra absorvido pelo Primário em termos absolutos, contra o pano de fundo de sua retração relativa. Sendo questionáveis os dados absolutos oferecidos pela PNAD, voltou-se mais uma vez ao censo demográfico, obtendo os seguintes resultados:

Para os homens, à retração relativa do Primário correspondeu uma retração absoluta da PEA rural, à razão de 1,8% ao ano da década de 70.

**Tabela 15**

**Volume e Crescimento da PEA Agrícola por Sexo, Segundo o Censo Demográfico Estado de São Paulo 1970 e 1980**

Data	Homens		Mulheres		Total	
	Volume	Taxa de Cresc.	Volume	Taxa de Cresc.	Volume	Taxa de Cresc.
1970	1.187.985		113.845		1.301.830	
1980	989.824	-1,8%	185.178	4,9%	1.155.198	-1,0%

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 1980.

brar que, segundo o censo demográfico ele representava, em 1970, 28,2% e em 1980, 20,0% da PEA feminina total. Por mais apologia que se faça do emprego doméstico como via de adaptação da mulher rural ao mundo urbano, não deixa de ser verdade também que esse emprego, salvo em algumas variantes, continua a apresentar baixos níveis de produtividade e remuneração.

Esta alta proporção de mulheres nos Serviços pessoais, aliada a proporções também significativas (cerca de 20% na década de 80) nos Serviços coletivos, que incluem ensino público e saúde, é responsável pelo fato de aproximadamente dois terços da PEA feminina estar em atividades terciárias. Não as de ponta, mas as de menor status e remuneração.

O tratamento em conjunto dos dois sexos mascara essas tendências. Em todo o caso, a distribuição setorial da PEA con-

No caso das mulheres, nunca se saberá se o aumento registrado de fato ocorreu, ou se ele se deveu à diferente abordagem da questão do trabalho entre um censo e o outro. É consenso entre os estudiosos do mercado de trabalho que a PEA feminina, mais sensível a questões de abordagem, foi provavelmente melhor enumerada em 1980, em especial no setor agrícola, onde é mais fácil conciliar atividades econômicas com afazeres domésticos. Assim, é possível que uma parte ou a totalidade do aumento registrado se deva à melhoria da captação da informação, entre um censo e outro.

Mesmo que tivesse havido o aumento registrado, seu impacto não chegaria a comprometer a tendência geral de queda do volume absoluto da força de trabalho no campo. A taxa de -1,0% ao ano pode ser tomada como um limite mínimo dessa queda. Isto, aliado a um crescimento vegetativo

médio de 2,1% ao ano da população do Estado (28), consubstancia um enorme êxodo rural, pelo menos nos dez primeiros anos do período em estudo.

### posição na ocupação

Para iniciar, passa-se a descrever a definição de cada uma das posições na ocupação considerada pela PNAD, conforme constam do seu volume metodológico (29):

**Empregado:** pessoa que trabalha para um empregador, mediante remuneração em dinheiro ou espécie. Neste estão incluídos também: os funcionários públicos, as pessoas que exercem mandatos eletivos, as que trabalham para órgãos internacionais ou governos estrangeiros, os sacerdotes de qualquer religião, as pessoas em serviço militar obrigatório, os trabalhadores volantes e, desde 1976, os parceiros empregados, isto é, as pessoas que exploram uma atividade do setor primário, com ou sem ajuda de membros do domicílio, porém sem empregados, e recebem em paga parte da produção. Em 1979, foram incluídos nesta categoria os empregados domésticos que recebem só em benefícios, anteriormente considerados não remunerados.

**Empregador:** pessoa que explora uma atividade econômica com auxílio de um ou mais empregados. Não se incluem pessoas que só tenham empregados domésticos. Desde 1976, foram incluídos também os parceiros empregadores, isto é, os parceiros com autonomia com relação a quem lhes cede a parceria e com um ou mais empregados.

**Conta própria ou autônomo:** pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com auxílio de membro não remunerado do domicílio, podendo estar estabelecido ou não. Aqui se incluem, desde 1976, os parceiros conta própria da agropecuária, isto é, os parceiros com autonomia, porém sem empregados; e também as pessoas que

prestam serviços domésticos remunerados à base da hora ou do dia.

**Não remunerado:** pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, e se situa em pelo menos uma das situações abaixo:

- a) ajuda a membro da família que seja empregador ou conta própria (desde 1971) ou ainda, especialmente na lavoura, a empregado (desde 1976);
- b) ajuda a instituição religiosa, escolar, beneficente ou de cooperativismo (desde 1976). De 1971 a 1973 estas pessoas não eram consideradas integrantes da força de trabalho;
- c) é aprendiz, estagiário etc., (pelo menos desde 1981) (30).

De 1971 a 1973, as pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez foram consideradas não remuneradas; depois disso a posição na ocupação foi tomada apenas das pessoas ocupadas.

A simples leitura das definições já mostra que o esquema usado, proveniente de outros contextos, que não o nosso, gera muitos problemas de enquadramento das pessoas. Por exemplo, na zona rural, o parceiro pode ser empregador, autônomo ou empregado, conforme os elos de subordinação que tenha com quem lhe cede a parceria e conforme tenha ou não empregados, porém é duvidoso que essas nuances sejam realmente indicativas de diferentes situações sócio-econômicas; o conta-própria pode facilmente passar a empregador, nos momentos de pico da atividade econômica, em função simplesmente da contratação temporária de um ou dois ajudantes; a categoria de não remunerados amplia-se ao longo dos anos, incluindo pessoas que anteriormente não eram consideradas integrantes da PEA; a assim por diante. . .

Vejamos se, apesar dessa variabilidade na aplicação dos conceitos, pode ser detectada alguma tendência na evolução das posições na ocupação. Mais especificamente, seria interessante saber se a estrutura de posições na ocupação manifesta, no

longo prazo, a tendência esperada com o aprofundamento do capitalismo, no sentido de maior assalariamento da mão-de-obra; e no curto prazo, algum ajustamento às fases do ciclo econômico. A Tabela 16 inclui também a distribuição por posição na ocupação da PEA conjunta, uma vez que os dados

mantendo-se elevada nos dois ou três anos seguintes. Ora, 1976 foi justamente o ano de retomada da PNAD, com toda uma reformulação conceitual e operacional da pesquisa, depois de dois anos de interrupção. Por outro lado, 1977 e 1978 foram anos de desaceleração econômica, em que seria al-

**Tabela 16**  
**Distribuição da PEA por Posição na Ocupação, Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Data	Empregados	Empregadores	C/ Própria	Não Remun.	Total
<b>PEA MASCULINA</b>					
1971	73,4	6,5	14,8	5,3	100,0
1972	74,8	5,6	15,4	4,2	100,0
1973	74,8	6,5	14,5	4,2	100,0
1976	78,1	4,5	14,7	2,7	100,0
1977	78,0	4,7	14,9	2,4	100,0
<b>PEA FEMININA</b>					
1971	80,1	1,1	9,8	9,0	100,0
1972	80,7	1,1	10,6	7,6	100,0
1973	80,8	0,9	10,3	8,0	100,0
1976	85,5	1,0	9,2	4,3	100,0
1977	85,3	0,9	9,6	4,2	100,0
<b>PEA CONJUNTA</b>					
1971	75,3	4,9	13,4	6,4	100,0
1972	76,4	4,4	14,1	5,1	100,0
1973	76,5	4,9	13,3	5,3	100,0
1976	80,2	3,5	13,1	3,2	100,0
1977	80,2	3,6	13,3	2,9	100,0
1978	79,9	4,2	13,4	2,5	100,0
1979	79,4	4,4	12,9	3,3	100,0
1981	77,0	4,0	15,3	3,7	100,0
1983	76,8	4,0	15,5	3,7	100,0
1984	77,4	3,9	15,4	3,3	100,0
1985	78,8	3,8	14,6	2,8	100,0
1986	78,3	4,4	14,7	2,7	100,0
1987	78,3	3,9	15,1	2,7	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, várias datas.

necessários foram publicados por sexo só até 1977.

A observação da estrutura de posições na ocupação da PEA masculina e da PEA feminina poderia levar à conclusão apressada de que, no curto período que vai de 1971 a 1977, houve um aprofundamento do capitalismo e concomitante aumento do assalariamento da mão-de-obra. No entanto, no painel da Tabela 16 referente a essa estrutura no tocante à PEA conjunta, pode ser observado que a proporção de empregados subiu de um salto no ano de 1976,

tamente improvável a elevação do nível de assalariamento. A evolução da porcentagem de empregados por sexo têm portanto de ser analisada com a maior cautela, uma vez que as séries disponíveis terminam exatamente nesses anos duplamente problemáticos.

Da mesma forma a série mais longa, para a PEA conjunta, não fornece indicação segura de um aumento do assalariamento. Diferenças de dois ou três pontos percentuais nas proporções de empregados não são suficientes para caracterizar uma ten-

dência, em face de todas as modificações introduzidas na pesquisa ao longo do tempo. Por outro lado, e complementarmente, as duas outras categorias que deveriam perder peso em função do assalariamento progressivo da força de trabalho, os conta própria e os não remunerados, apresentam evolução inconclusiva. Os conta própria mantêm-se firmes com cerca de 15% da PEA conjunta e os não remunerados, por representarem uma parcela muito pequena do universo, formam uma categoria mais aberta a erros, nos processos de amostragem e expansão, conforme previamente mencionado.

O que possivelmente é válido fazer com os dados da Tabela 16 é comparar a

empregadores e conta própria e maior na de trabalhadores sem remuneração. Estas diferenças se mantiveram de 1971 a 1977, não obstante a alteração dos níveis.

Em vista das dificuldades de aplicação à PEA rural do esquema de posições na ocupação adotado pela PNAD, e, principalmente, das alterações introduzidas em 1976, conforme ficou mencionado, tratou-se de fazer a análise em separado para os trabalhadores envolvidos em atividades urbanas. Vejam-se os resultados na Tabela 17.

A análise em separado da PEA urbana quanto à posição na ocupação permite ver que, de fato, não existe evidência de assalariamento da mão-de-obra, apesar da

**Tabela 17**  
**Distribuição da PEA Urbana por Posição na Ocupação, Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-1987**

Data	Empregados	Empregadores	C/ Própria	Não Remun.	Total
<b>PEA MASCULINA</b>					
1971	78,8	6,4	13,2	1,7	100,0
1972	79,1	5,4	14,3	1,2	100,0
1973	79,5	6,4	12,9	1,2	100,0
1976	80,3	4,1	14,5	1,1	100,0
1977	79,8	4,6	14,9	0,7	100,0
<b>PEA FEMININA</b>					
1971	84,8	1,1	10,6	3,4	100,0
1972	84,4	1,2	11,5	2,9	100,0
1973	84,7	1,0	11,4	2,9	100,0
1976	87,2	1,0	9,9	2,0	100,0
1977	87,0	1,0	10,4	1,6	100,0
<b>PEA CONJUNTA</b>					
1971	80,7	4,7	12,4	2,2	100,0
1972	80,8	4,1	13,4	1,7	100,0
1973	81,1	4,7	12,4	1,8	100,0
1976	82,4	3,1	13,1	1,4	100,0
1977	82,2	3,4	13,4	1,0	100,0
1978	81,1	4,1	13,7	1,2	100,0
1979	81,0	4,4	13,1	1,6	100,0
1981	79,0	3,9	15,4	1,7	100,0
1982	78,7	3,9	15,5	1,9	100,0
1983	78,5	3,9	15,9	1,7	100,0
1984	79,0	3,8	15,8	1,5	100,0
1985	80,2	3,7	14,8	1,3	100,0
1986	79,9	4,2	14,8	1,1	100,0
1987	79,7	3,7	15,3	1,3	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, várias datas.

estrutura de posição na ocupação entre os sexos, ano a ano. Aí se observa um maior assalariamento da PEA feminina, menor participação das mulheres nas posições de

transferência dessa mão-de-obra para atividades urbanas (Cf. Tabela 14). A julgar pelos dados da Tabela 17, a PEA urbana masculina manteve uma porcentagem mais

ou menos constante de empregados e a PEA feminina ganhou não mais que dois pontos percentuais (de 85 a 87% de empregados).

Por outro lado é interessante notar que o grupo dos não remunerados representou sempre uma parcela diminuta da PEA urbana, tanto para os sexos em separado como no conjunto. Também se pode observar que o grupo dos conta própria, nas atividades urbanas, aumentou em vez de reduzir-se, passando de 12 ou 13% para cerca de 15% do início para o fim do período, na PEA conjunta. Se é que essas pequenas diferenças nestes dados são significativas.

Tem-se tentando explicar a persistência deste grupo dentro da lógica do próprio sistema capitalista (31). Do ponto de vista deste trabalho, o fato de uma grande parcela dos conta própria estarem nos setores do comércio de mercadorias e dos serviços pessoais ou domésticos, como se pode ver nas diversas PNADs, aponta para a possibilidade da persistência do subemprego, com uma parte significativa da força de trabalho vivendo de biscates e expedientes, à margem do processo produtivo capitalista.

#### **horas trabalhadas**

Para se avaliar o volume de trabalho de que uma sociedade dispõe, não basta saber quantas pessoas estão no mercado de trabalho. Elas podem aí estar intermitentemente, em termos de horas, dias, semanas ou meses, e podem trabalhar com afincamento variável, em função de condições climáticas, nutrição, saúde, educação, disposição mental, ou em decorrência da própria organização do ambiente de trabalho ou do meio social em que o empreendimento produtivo se insere. Isto tudo antes, ou além, de se começar a pensar em nível tecnológico e volume de capital por trabalhador.

Alguns desses fatores já têm sido discutidos na literatura, sobre outros faltam absolutamente dados. A PNAD publica tabelas

sobre escolaridade, que já foram analisadas, e também sobre horas trabalhadas semanalmente, que constituem o assunto presente tópico.

Teoricamente, a questão seria saber que parcela de seu tempo as pessoas estariam dispostas a negociar no mercado de trabalho. Na prática, a questão é limitar pela existência de uma jornada legal de trabalho, que deixa pouca opção ao trabalhador, pelo menos no setor formal da economia. Também com relação às horas extras nem sempre o trabalhador tem escolha: é pegar ou largar o posto de trabalho, com tudo que ele envolve. Interessante que, nos anos iniciais da série, a PNAD pesquisava as razões pelas quais o trabalhador a tempo parcial não cumpria uma jornada integral (32), mas não indagava as razões de ele trabalhar mais de 40 horas semanais, nos casos que isso ocorria.

Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição das pessoas ocupadas, por sexo, segundo classes de horas trabalhadas por semana, em todas as ocupações produtivas que exercem.

É visível a grande variabilidade dos dados em série histórica, tanto para um sexo, como para outro, sem que se possa dizer se se trata de variações amostrais, de diferenças metodológicas ou de variações próprias do mercado de trabalho.

Em um ponto sabe-se que houve mudanças de critérios até 1973 inclusive, pesquisava-se o número de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência; a partir de 1976, passou-se a registrar as horas habitualmente trabalhadas, sem desconto das faltas e feriados (33). Esta mudança tinha a intenção de reduzir a instabilidade dos dados, inclusive por abrandar as eventuais diferenças sazonais, decorrentes da captação em diferentes semanas do último trimestre do ano.

Mesmo a série que se esperaria mais coerente, a partir de 1976, apresenta grande variabilidade, sem aparente relação com o ciclo econômico. Em perspectivas histórica,

**Tabela 18**  
**Distribuição da PEA por Horas Trabalhadas Semanalmente em Todas as Ocupações,**  
**Segundo Sexo**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-87**

Data	Horas Trabalhadas				
	Até 39	40-48	49 +	Total	40 +
<b>PEA MASCULINA</b>					
1971	10,6	53,8	35,6	100,0	89,4
1972	8,1	57,8	34,1	100,0	91,9
1973	9,0	49,4	41,6	100,0	91,0
1976	4,0	63,4	32,6	100,0	96,0
1977	3,6	62,8	33,6	100,0	96,4
1978	4,7	56,2	39,1	100,0	95,3
1979	4,9	57,2	37,9	100,0	95,1
1981	7,3	57,4	35,3	100,0	92,7
1983	6,8	59,0	34,2	100,0	93,2
1984	7,4	58,2	34,4	100,0	92,6
1985	7,3	61,2	31,5	100,0	92,7
1986	7,2	62,7	30,1	100,0	92,8
1987	8,0	64,4	27,6	100,0	92,0
<b>PEA FEMININA</b>					
1971	26,9	49,2	23,9	100,0	73,1
1972	22,8	56,1	21,1	100,0	77,2
1973	24,4	50,1	25,5	100,0	75,6
1976	16,1	63,4	20,5	100,0	83,9
1977	16,6	63,1	20,3	100,0	83,4
1978	19,4	57,2	23,4	100,0	80,6
1979	20,1	58,1	21,8	100,0	79,9
1981	24,6	54,7	20,7	100,0	75,4
1983	24,0	55,1	20,9	100,0	76,0
1984	25,4	53,8	20,8	100,0	74,6
1985	24,8	55,7	19,5	100,0	75,2
1986	24,8	58,6	16,6	100,0	75,2
1987	27,8	58,0	14,2	100,0	72,2

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-1987.

esses dados parecem indicar, nos dois sexos, um incremento do trabalho a tempo parcial e alguma redução das longas jornadas.

A comparação das jornadas masculina e feminina ano a ano, que talvez é mais tranqüila, indica que mais mulheres do que homens estão engajados em trabalho a tempo parcial, embora as proporções tenham aumentado para ambos os sexos. A porcentagem de homens da classe 0-39 horas cresceu 4% a 8%, de 1976 a 1987, ao passo que a de mulheres passou de 16,1% a 27,8%. Assim, cerca de 1/4 das mulheres ocupadas estão no mercado de trabalho algo menos do que a jornada integral. Na jornada "normal" de trabalho, de 40-48 ho-

ras, os sexos parecem igualar-se, especialmente no início da série.

Por outro lado, porcentagens maiores de homens do que mulheres trabalhavam 49 horas e mais semanalmente, embora uma parcela significativa da PEA feminina também o faça. É impressionante que, ainda em 1987, cerca de 28% da PEA masculina e 14% da feminina cumpram jornadas tão extensas.

Para melhor visualizar essas diferenças, somaram-se as colunas 40-48 e 49 e mais, obtendo assim as porcentagens de trabalhadores a tempo integral (40 e mais horas semanais). Observa-se que estas porcentagens se reduziram nos dois sexos, mantendo porém a diferença de nível entre

eles. Em 1976, quase 100% dos homens ocupados trabalhavam a tempo integral, porcentagem essa que caiu para cerca de 93% nos anos 80; as mulheres nessa categoria passaram de cerca de 84% em 1976 a pouco mais de 70% em meados desta década. Pelo menos em termos da jornada de trabalho, mantida em níveis elevados há quase duas décadas, não parece muito apropriado chamar de força de trabalho secundária a esses 70% da PEA feminina, como gostam de fazer alguns autores.

Como se comportam os setores e ramos da atividade econômica, em termos da jornada de trabalho? Veja-se essa informação na Tabela 19. Como os dados pertinentes não foram publicados por sexo, optou-se por analisar a PEA conjunta. Acredita-se ser esse o procedimento válido, pois a jornada é em grande parte determinada pelos requisitos do próprio trabalho e não pelo sexo do trabalhador.

De novo aqui, os dados apresentam muita flutuação, sendo difícil estabelecer tendências. Comparando os totais dos grandes setores em termos de ordens de grandeza, verifica-se que quase metade da PEA do Primário trabalha 49 ou mais horas por semana (a cifra de 36,9%, obtida em 1987, é bastante inverossímil), ao passo que só 1/4 ou 1/5 dos outros dois setores têm jornadas tão extensas. A outra metade do Primário, metade do Terciário e 3/4 dos trabalhadores do Secundário cumprem jornadas normais, de 40-48 horas.

Descendo ao nível de ramo de atividade e comparando dentro de cada ano, a começar pelo Secundário, observam-se jornadas semelhantes na Transformação e em Outras atividades industriais, com 3/4 dos trabalhadores fazendo jornadas normais, pouquíssimos em tempo parcial e 20% a 15% fazendo hora extra. (De novo, é muito pouco provável a porcentagem de 6,2, obtida em 1987 para a faixa de 49 e mais horas semestrais em Outras atividades industriais. É preciso lembrar que a amostra da PNAD foi reduzida pela metade em 1986 e que

essa classe de horas trabalhadas é pequena dentro de um ramo de atividade de pouco peso - ver Tabela 14 - e portanto mais sujeita a erros). Dentre os ramos do Secundário, é a Construção que tem maiores percentuais de trabalhadores com longas jornadas de trabalho.

No Terciário, a comparação dentro de cada ano acusa grandes diferenças entre os ramos na questão da jornada de trabalho. Em Atividades sociais estão as maiores porcentagens de trabalhadores a tempo parcial, como também em **Comércio de valores e Administração pública**. Nesses ramos, especialmente no primeiro, tipicamente feminino, é que provavelmente estão as mulheres que trabalham menos de 40 horas semanais. Em **Transportes e comunicações, Serviços pessoais** e também em **Comércio de mercadorias** estão as maiores porcentagens de trabalhadores com 49 e mais horas semanais. Quase não há mulheres em **Transportes e comunicações** e nos **Serviços pessoais** há uma certa margem de trabalhadores com jornadas menores que 40 horas, o que deve responder por outra parte da PEA feminina a tempo parcial.

Ao longo dos anos, com muita cautela pode talvez ser dito que alguns ramos apresentam redução das porcentagens com jornadas de 49 e mais horas e concomitante aumento das outras duas classes. São eles: **Transformação, Outras atividades industriais, Serviços pessoais** e talvez **Transporte e comunicações**. Dois ramos parecem apresentar aumento do trabalho a tempo parcial, em detrimento da classe com jornada normal: **Comércio de valores e outras atividades e Serviços auxiliares da atividade econômica**. O mais são provavelmente flutuações sem muita base.

### Considerações finais

Nas páginas que se antecederem foram apontados alguns aspectos relativos ao desenho e operacionalização da Pesquisa

**Tabela 19**  
**Distribuição da PEA por Horas Trabalhadas por Semana na Ocupação Principal, Segundo Setor e Ramo de Atividade**  
**Estado de São Paulo**  
**1976-1987**

Setor	Horas Trabalhadas	Ano							
		1976	1979	1981	1983	1984	1985	1986	1987
PRIMÁRIO	< 40	5,1	7,6	9,3	11,5	10,3	10,5	9,1	11,8
	40-48	53,1	47,1	46,6	41,1	43,0	46,2	42,8	51,3
	49 +	41,8	45,3	44,1	47,4	46,7	43,3	48,1	38,9
SECUNDÁRIO	< 40	2,1	2,7	4,2	3,1	3,9	3,1	3,3	3,5
	40-48	74,5	70,0	70,2	76,5	74,1	77,0	79,5	79,2
	49 +	23,4	27,3	25,6	20,4	22,0	19,9	17,2	17,3
Transformação	< 40	2,2	2,8	4,1	3,1	3,8	3,0	3,5	3,3
	40-48	77,0	73,3	74,2	81,1	77,3	79,8	82,2	82,3
	49 +	20,8	23,9	21,7	15,8	18,9	17,2	14,3	14,4
Construção	< 40	1,8	2,4	4,2	2,7	4,7	3,1	2,5	4,2
	40-48	64,9	55,1	54,3	58,0	59,2	64,0	66,7	64,9
	49 +	33,3	42,5	41,5	39,3	36,1	32,9	30,8	30,9
Out. Ativ. Indust.	< 40	2,8	1,9	4,9	6,6	2,8	3,5	5,4	5,4
	40-48	73,6	73,4	73,6	81,6	81,5	82,2	80,8	88,4
	49 +	23,6	24,7	21,5	11,8	15,7	14,3	13,8	6,2
TERCIÁRIO	< 40	13,2	17,4	21,2	20,1	21,8	21,4	22,7	22,9
	40-48	59,3	52,2	50,1	51,0	50,1	51,9	53,5	52,9
	49 +	27,5	30,4	28,7	28,9	28,1	26,7	23,8	24,2
Com. de Mercad.	< 40	7,1	11,1	13,9	13,2	15,1	14,7	16,0	14,6
	40-48	60,7	51,8	49,3	52,1	48,6	51,8	54,9	52,7
	49 +	32,2	37,1	36,8	34,7	36,3	33,5	29,1	32,7
Transp. e Comun.	< 40	4,3	5,8	6,9	6,2	6,6	6,4	5,1	5,6
	40-48	51,8	44,4	47,6	48,8	50,2	50,5	58,6	56,3
	49 +	43,9	50,0	45,5	47,0	43,2	43,1	38,4	38,1
Com. de Valores	< 40	15,9	17,3	22,5	25,7	29,5	29,5	34,8	31,8
	40-48	72,8	69,2	64,5	63,9	60,3	58,3	53,3	56,8
	49 +	11,3	13,5	13,0	10,4	10,2	12,2	11,9	12,4
Serv. Aux. da Ativ. Econ.	< 40	6,9	13,0	15,4	16,7	16,9	16,6	17,3	19,3
	40-48	77,9	68,4	67,2	66,4	67,4	67,3	65,4	67,0
	49 +	15,2	18,6	17,4	16,9	15,7	16,2	17,3	13,7
Ativ. Sociais	< 40	34,3	33,1	35,2	32,4	34,7	34,6	33,8	39,3
	40-48	54,9	54,5	54,1	58,0	55,3	55,3	56,5	52,1
	49 +	10,8	12,4	10,7	9,6	10,0	10,1	9,7	8,6
Adm. Pública	< 40	12,9	16,4	19,8	16,5	16,7	14,7	18,1	15,0
	40-48	74,1	70,0	69,4	73,3	73,7	75,5	74,1	75,7
	49 +	13,0	13,6	10,8	10,2	9,6	9,8	7,8	9,3
Serv. Pessoais	< 40	11,6	19,1	25,2	22,6	24,2	23,5	26,0	26,1
	40-48	52,3	41,9	38,5	38,2	38,8	41,2	43,0	43,3
	49 +	36,1	39,0	36,3	39,2	37,0	35,3	31,0	30,6

FONTE: IBGE, PNAD, 1976-87.

Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, no tocante ao levantamento da força de trabalho do Estado de São Paulo. Entre outras coisas, viu-se como a expansão da

amostra com base em projeções de população independente, projeções estas revistas esporadicamente, compromete os valores absolutos de PEA em série histórica. Cons-

tatou-se também, com pesar, que a partir de 1986, foi reduzida à metade, o que pode afetar a precisão das estimativas referentes a universos menores.

Por outro lado, ressaltou-se que a PNAD, em virtude de ser uma operação permanente, teve oportunidade de precisar conceitos, melhorar procedimentos técnicos e capitalizar a experiência acumulada, por parte tanto de seu pessoal de retaguarda, como de seu pessoal de campo. (A operação censo é montada e desmontada a cada 10 anos). Além disso, ela foi instituída com o objetivo precípuo de pesquisar força de trabalho e manteve esse objetivo como prioritário mesmo quando se abriu para outros temas. Acredita-se portanto que ela consiga um melhor enquadramento na PEA das pessoas que aí devem ser enquadradas, dentro da conceituação por ela estabelecida. Parece pois que as taxas de participação obtidas são de um modo geral aceitáveis.

Essas taxas acusam uma certa estabilidade da participação masculina ao longo do tempo, com retração da atividade acima dos 60 anos, e uma elevação significativa dos níveis de atividade feminina, especialmente nas idades centrais do ciclo vital. Este resultado é da mais alta importância para qualquer projeção de PEA que se queira fazer.

Dentre outros pontos que a PNAD permite esclarecer, destacam-se os seguintes: no período estudado, aumentou a proporção de mulheres na PEA estadual. Aumentou também a proporção de mulheres casadas e de chefes de família, devido em parte ao aumento desses estados na população, mas também à elevação de taxas de atividade desses grupos. Em termos de qualificação geral, o período abrangido pela análise marca significativo aumento da escolaridade das populações trabalhadoras masculina e feminina, em consonância com esse aumento da população total e com a tendência histórica mais longa. Porém a participação feminina mostrou-se educação-seletiva, no sentido de que a PEA feminina

apresenta níveis de escolaridade mais altos do que a população feminina total.

Já no ponto de vista da demanda de mão-de-obra, foram analisadas as informações sobre ocupação e desemprego levantadas pela PNAD, que se mostraram insatisfatórias. Quanto à distribuição setorial, constatou-se que o Primário absorve parcela maior da PEA masculina do que da feminina, porém essa absorção vem caindo nos dois sexos, em termos relativos e provavelmente absolutos também. A reestruturação do emprego masculino, concomitante à retração do Primário, parece ter-se dado na direção do Secundário, de modo que, em 1987, 90% da força de trabalho se dividia entre atividades secundárias e terciárias, com importâncias equivalentes. No caso das mulheres, o Secundário manteve seu peso ao longo do período, acentuando-se a importância do Terciário, que absorve sozinho mais de 70% da PEA feminina.

A análise da estrutura de posições na ocupação não permite concluir pelo aprofundamento de relações de produção capitalista. Embora a categoria de não remunerados pareça ter-se reduzido, a evolução dos empregados é inconclusiva e o grupo dos conta própria mantém-se irredutível. Além disso, como esquema de posições na ocupação é de difícil aplicação no contexto do mercado de trabalho brasileiro, é possível que haja problemas de comparabilidade em série histórica.

Considerando agora a questão das horas semanais trabalhadas, observa-se que, apesar de sua grande variabilidade, os dados parecem indicar, para os dois sexos, um incremento das proporções da PEA com trabalho a tempo parcial e alguma redução das longas jornadas. Em todo o caso, ainda em 1987, cerca de 92% da PEA masculina e 72% da feminina trabalhavam 40 ou mais horas semanais, em todas as ocupações que exerciam. A análise da distribuição da PEA por horas trabalhadas entre os setores e ramos põe em evidência grandes diferenças na quantidade de trabalho semanal que

a participação nas várias atividades econômicas acarreta para as pessoas, mais comumente a extensão da jornada de trabalho é determinada por elementos que escapam ao arbítrio do trabalhador.

Por tudo isso, e mais o fato de a PNAD ser a única pesquisa a cobrir o universo da população trabalhadora em bases anuais, no interregno dos censos demográficos, seria da mais alta importância a manutenção e a melhoria, se possível, dessa pesquisa.

## ANEXOS

**Tabela 1**  
**Distribuição da PEA Conjunta por Anos de Estudo**  
**Estado de São Paulo**  
**1977-1987**

Sexo e Data	Anos de Estudo				Total
	0	1-4	5-8	9 +	
<b>PEA CONJUNTA</b>					
1977	11,6	51,2	19,5	17,7	100,0
1978	12,8	48,3	20,3	18,6	100,0
1979	10,4	48,8	20,7	20,1	100,0
1981	10,0	45,9	22,0	22,1	100,0
1983	9,3	44,5	22,6	23,6	100,0
1984	9,1	42,6	23,9	24,4	100,0
1985	8,6	41,6	24,3	25,5	100,0
1986	7,8	40,8	25,3	26,2	100,0
1987	7,5	39,5	26,1	26,9	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, 1977-1987.

**Tabela 2**  
**Distribuição Setorial da PEA Paulista Conjunta**  
**Estado de São Paulo**  
**1971-87**

Setores e Ramos	Anos											
	1971	1972	1973	1976	1978	1979	1981	1983	1984	1985	1986	1987
<b>PRIMÁRIO</b>	20,0	18,7	18,2	14,6	13,3	12,7	11,0	11,4	10,6	9,4	8,6	8,9
<b>SECUNDÁRIO</b>	30,7	32,2	34,3	36,9	37,4	36,9	36,7	33,9	33,8	34,5	36,8	35,7
Transformação	23,8	25,8	26,7	28,1	28,9	28,6	28,1	25,5	26,4	27,1	29,4	28,1
Construção	5,7	5,1	6,6	7,4	7,0	6,9	7,4	6,9	6,2	6,2	6,4	6,6
Outras Ativ. Indust.	1,2	1,3	1,0	1,4	1,5	1,4	1,2	1,3	1,2	1,2	1,0	0,9
<b>TERCIÁRIO</b>	49,2	49,2	47,5	48,5	49,3	50,4	52,3	54,9	55,6	55,9	54,6	55,4
Serviços de Produção	21,7	19,8	20,1	23,0	19,2	23,2	24,2	24,7	24,9	25,0	24,8	25,7
Com. de Mercadorias	13,0	10,8	11,4	11,1	10,9	10,8	12,0	11,9	12,3	12,5	12,7	12,7
Transp. e Comunicações	5,4	5,1	5,3	4,8	4,4	4,4	4,4	4,6	4,2	3,7	4,2	4,4
Comércio de Valores	3,3	3,7	3,4	3,7	3,9	3,9	4,1	4,4	4,4	4,8	3,9	4,3
Serv. Aux. Ativ. Econ.	—	—	—	3,4	—	4,1	3,7	3,8	4,0	4,0	4,0	4,3
Serviços Coletivos	10,7	11,8	11,0	10,2	10,7	10,7	11,0	11,3	11,3	12,1	12,2	12,0
Atividades Sociais	7,2	7,7	7,6	6,9	7,3	7,2	7,4	7,9	7,9	8,3	8,3	8,2
Admin. Pública	3,5	4,1	3,4	3,3	3,4	3,5	3,6	3,4	3,4	3,8	3,9	3,9
Serviços Pessoais	16,8	17,8	16,4	15,3	19,4*	16,5	17,1	18,9	19,4	18,8	17,6	17,7
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, PNAD, 1971-86.

(\*) Este dado inclui também os serviços auxiliares das atividades econômicas.

## NOTAS

- (1) Vejam-se, por exemplo: LANDES, J.B., Women, labor and family life: a theoretical perspective. *Science and Society*, 41(4), winter 1977-78; WEISSKOFF, F.B. Women's place in the labor market. In: American Economic Association, *Economic equality for women*; MOLYNEUX, M. Beyond the domestic labor debate. *The New Left Review* 116, Jul.-Aug. 1979; SPIRO, M.E. *Kibbzt venture in utopia*. New York, Schocken Books, 1968, 5a ed.; AUVINEN, R., La mujer y el trabajo (II): actitudes sociales y carreras femeninas. *Impacto ciencia y sociedad*, 20(1), ene.-mar. 1970.
- (2) Vejam-se, entre outros, SAWYER, D.O. (org.), *PNADs em foco: anos 80*. Brasília, ABEP, 1988; *ABEP, Censos, consensos, contra-sensos*. Brasília, 1984.
- (3) IBGE, PNAD, Região I, Região II, Região III, Quarto Trimestre de 1971, p.9.
- (4) Id., *ibid.*
- (5) IBGE, PNAD 1976, Região II, São Paulo, p.XX.
- (6) Até 1973, o quesito era: "Que esteve fazendo a maior parte da semana passada?", com as seguintes alternativas de respostas: "Trabalhando; Tem emprego mas não está trabalhando; Procurando trabalho; Afazeres domésticos; Frequentando escola; Outra (especifique); Não pode trabalhar (motivo)". Este quesito era seguido de vários outros que permitiam confirmar ou negar a situação nele estabelecida, levando a um melhor enquadramento das pessoas na força de trabalho ou fora dela. Em 1976 e nos anos seguintes, esse enquadramento passou a ser feito com base em um só quesito: "Na semana (. . .) tinha trabalho ou estava procurando?", com alternativas de respostas, porém sem perguntas de controle subsequentes. (IBGE, Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70. Rio de Janeiro, 1981. (Série Relatórios Metodológicos, V.1, p.36-40).
- (7) Cf. com ARIAS, A.R. Revisando a PNAD: força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década dos 80. In: SAWYER, D.O. (org.), *PNADs em foco: anos 80*. Brasília, ABEP, 1988, p.65-66.
- (8) IBGE, *op. cit.*, p.110.
- (9) IBGE, PNAD 1979, São Paulo, p.X; IBGE, PNAD 1986, São Paulo, p.XXX; IBGE, "PNAD: redução do número de domicílios na amostra e proposta de novos estimadores". Rio, DEREN/IBGE, 1986, p.25 (mimeo).
- (10) ARIAS, A.R., *op. cit.*, p.74-76.
- (11) Até 1971, as estimativas finais foram calculadas para o ponto médio do trimestre, uma vez que os vários painéis da amostra tiveram diferentes semanas de referência; em 1982, a semana foi variável, conforme a data da entrevista, de 28 de setembro a 18 de dezembro; nos outros anos, a semana de referência situou-se desde a última de setembro até a última de novembro (FIBGE, *op.cit.*, p.35).
- (12) BLAY, E.A. "A participação política da mulher no Brasil". Conferência apresentada na XIX Reunião Anual da SBPC, Fortaleza, Ceará, 1977. Mimeo, p.14.
- (13) IBGE, Censo Demográfico de 1950, Manual de instruções. Cit. por MADEIRA, F.R. e SINGER, P.I., "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos CEBRAP* 13, p.7.
- (14) Isto é comprovado para as taxas de participação na Grande São Paulo, obtidas mediante expansão da amostra pelo inverso da tração de amostragem. Cf. BALTAR, P.E.A e GUIMARÃES NETO, L., *Mercado de trabalho e crise: notas para uma abordagem*. Rio de Janeiro, ANPEC/PNPE, 1987 (datil.). p.55.
- (15) Para uma discussão das limitações das taxas como medida da oferta de trabalho, ver COSTA, L.B. *Participação da mulher no mercado de trabalho*. São Paulo, IPE/USP-CNPq, 1984, p.34-36.
- (16) DEDECCA, C.S. & FERREIRA, S.P., "Crescimento econômico e população economicamente ativa. *São Paulo em perspectiva*, 2(3), jul/set. 1988. p.43-55.
- (17) Para um estudo empírico das relações entre posição na família e atividade econômica, ver GARCIA, B., MUNOZ, H. & OLIVEIRA, O. "Participación económica y familia en dos contextos urbanos brasileños". México, *The Population Council*, 1982 (Documentos de Trabajo, N.10).
- (18) IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Manual do Entrevistador*, Rio de Janeiro, 1977, p.26.
- (19) IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, *Manual do Entrevistador*, Rio de Janeiro, 1986, p.29.
- (20) FERREIRA, J.M.N. & RODRIGUES, M. - 1987. Absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho. *São Paulo em perspectiva*, 1(2), julho-set., p.26
- (21) COSTA, L.B., *op.cit.*, p.41-44.
- (22) Conferir a definição de "desocupados" neste texto no item "O conceito de PEA na PNAD".

- (23) IBGE, **PNAD-1976**, Região II, São Paulo, p.XXIII. Ver também IBGE, **Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio da década de 70**. Rio de Janeiro, IBGE, 1971, p.35.
- (24) SINGER, P.I. - 1971. Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969. **Cadernos CEBRAP**, N.3, p.47-49.
- (25) IBGE, - 1981. Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio na década de 70, p.61-65.
- (26) Mais precisamente, 0,6% da PEA masculina e 0,4% da PEA feminina.
- (27) MÜLLER, G. - 1985. **A Dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo, SEADE. (Série São Paulo 80, V.2).
- (28) Taxa deduzida da decomposição do crescimento demográfico intercensal apresentado em F. SEADE, **Informe Demográfico**, n.18, p.6.
- (29) IBGE, **Metodologia**. . . , 1981, p.42-45.
- (30) IBGE, **PNAD**, Região II, 1981, p. XVII.
- (31) PRANDI, J.R., **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- (32) Ver o **Boletim de Coleta** de 1976, por exemplo.
- (33) IBGE, **PNAD**, São Paulo, 1977, p.XXVI.

## Referências bibliográficas

- ARIAS, A.R. - 1988. Revisando a PNAD: força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década dos 80. SAWYER, D.O. (org.) - **PNADs em foco: anos 80**. Brasília, ABEP, p. 65-88.
- \_\_\_\_\_- 1988. A subestimação da PEA nos censos demográficos". In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.. Olinda, ABEP, V.4, p.369.
- AUVINEN, R. - 1970. La mujer y el trabajo (II): actitudes sociales y carrera femininas. **Impacto: ciencia y sociedad**, 20 (1), ene.-mar.
- BALTAR, P.E.A. & GUIMARÃES NETO, L. - 1987. **Mercado de trabalho e crise: notas para uma abordagem**. Rio de Janeiro, ANPEC/PNPE, 184 p. (mimeo)
- BLAY, E.A - 1977. **A participação política da mulher no Brasil**. Conferência na XIX Reunião Anual da SBPC, Fortaleza (CE), (mimeo)
- CAMARANO, A.A. - 1986. São Paulo 2000: trajetórias para a população economicamente ativa. **Informe demográfico 20**. São Paulo, F. SEADE, p. 1-95.
- COSTA, L.B. - 1984. **Participação da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo, IPE/USP-CNPq, 153 p.
- \_\_\_\_\_- 1982. Mulher e trabalho: considerações e perguntas suscitadas pela comparação dos resultados dos dois últimos censos. **Informe demográfico 7**, São Paulo, F. SEADE, 263-285.
- DEDECCA, C.S. - 1987. Crescimento, emprego e renda. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, F. SEADE, 1(2): p. 83-97, jul/set.
- DEDECCA, C.S. & FERREIRA, S.P. - 1988. Crescimento econômico e a população economicamente ativa. **São Paulo em perspectiva**. (Força de trabalho), São Paulo, F. SEADE, 2(3), p. 43-55, jul/set.
- FERREIRA, J.M.N. & RODRIGUES, M. - 1987. Absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, F. SEADE, 1(2): p. 16-27, jul/set.
- IBGE - 1981. **Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70**. Rio de Janeiro, IBGE, (Série Relatórios Metodológicos, 1).
- \_\_\_\_\_- 1977. **PNAD. Manual do entrevistador**. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_- 1986. **PNAD. Manual do entrevistador**. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_- 1986. **PNAD: redução do número de domicílios na amostra e proposta de novos estimadores**. Rio de Janeiro, DE-REN/IBGE, (mimeo)
- \_\_\_\_\_- PNAD 1979: São Paulo.
- \_\_\_\_\_- PNAD 1986: São Paulo.
- GARCIA, B. et alii - 1982. **Participación económica y familia en dos contextos urbanos brasileños**. México, The Population Council, (Documentos de trabajo, 10).
- HUNTER, L.C. - 1970. Some problems in the theory of labour supply. **Scottish Journal of Political Economy**, 17: 39-59, feb.
- LANDES, J.B. - 1977-78. Women, labor and family life: a theoretical perspective. **Science and society**, 41(4), winter
- MADEIRA, F.R. & SINGER, P.I. - 1973. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo. CEBRAP, 13:1-62.
- MARTINE, G. & ARIAS, A.R. - 1987. A evolução do emprego no campo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, ABEP, 4(2): p. 39-84, jul/dez.
- \_\_\_\_\_- 1988. A evolução do emprego no campo (2a. parte). **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília, ABEP, 5(1): p. 37-70, jan/jun.
- MOLYNEUX, M. - 1979. Beyond the domestic labor debate. **The New Left Review**, 116: p. 3-27, jul/aug.
- MONTALI, L. & PATARRA, N.L. - Emprego e condição de vida. São Paulo, SEADE, 1986 (Série São Paulo 80, v.3). 107 p.
- MÜLLER, G. - A dinâmica da agricultura paulista. São Paulo, SEADE, 1985 (Série São Paulo 80, V.2). 125 p.
- PAIVA, P.T.A. - 1984. A conceituação e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. In: **ABEP Censos censos e contrasensos**. Brasília, ABEP, p. 19-66.
- \_\_\_\_\_- 1986 Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: de 1950 a 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, ABEP, 3(1): 63-86, jan/jun.

- PRANDI, J.R. - **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SINGEER, P.I. - 1971. Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, CEBRAP, 3, p. 1-106.
- SPIRO, M.E. - 1968. **Kibbutz: venture in utopia**. 5a. ed. New York, Schocken Books, 266 p.
- WEISSKOFF, F.B. -1968. "Women's place in the labor market". IN: American Economic Association, **Economic equality for women**.

**RESUMO – A Força de Trabalho Paulista: análise crítica das fontes.** *Para análises de PEA, a PNAD é uma fonte privilegiada, em virtude de duas características: cobertura universal diferentemente de outras fontes, que cobrem apenas partes da PEA, e periodicidade anual, diferente dos censos, que são decenais. Importa portanto conhecer melhor a qualidade dos dados por ela produzidos, o que constitui primeiro propósito deste trabalho. Um segundo propósito, realizado ao longo do processo de análise dos dados é traçar a evolução recente da PEA no Estado de São Paulo, pelo menos em suas características mais gerais, o que é feito para os sexos em separado, para o período 1971-88. Por razões indicadas no texto, as taxas de participação são mais aceitáveis que os dados absolutos. Estas taxas apresentam uma elevação bem marcada do começo para o fim do período estudado para as mulheres da maioria das faixas etárias e de todas as condições no domicílio (não existem informações sobre participação por estado civil). Analisam-se, ademais, dados de escolaridade, ocupação/desemprego, distribuição setorial, posição na ocupação e horas trabalhadas.*

**ABSTRACT – The São Paulo Labor Force: a critical analysis of data sources.** *PNAD is a privileged source of data for labor force analysis in view of two of its aspects: universal coverage, when most other sources cover only subsets of the labor force, and yearly periodicity, when the census happens once every ten years. It is therefore necessary to look a little more closely into the question of the quality of the data PNAD produces. Data evaluation is therefore the first purpose of this paper. A second purpose is to trace the recent evolution of the labor force in the State of São Paulo, Brazil, in its main characteristics. This is done separately for the sexes, for the period 1971-88. For reasons discussed in the text, participation rates are more acceptable than absolute data. These rates show a definitive increase from the beginning to the end of the period covered for women in most age groups and all types of relationship to the household head (marital status data are not presented). Data on schooling, unemployment, sectorial distribution, hours of work are also analyzed.*

Recebido para publicação em 08/06/90.

Reapresentado em 03/09/90.

Aprovado para publicação em 11/04/91.